

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
HISTÓRIA

JUREMA DA ROCHA MOREIRA

**A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTA CRUZ DE GOIÁS: DE ARRAIAL A VILA, DE
VILA A CIDADE**

GOIÂNIA

2019

JUREMA DA ROCHA MOREIRA

**A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTA CRUZ DE GOIÁS: DE ARRAIAL A VILA, DE
VILA A CIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura.

GOIÂNIA

2019

M838c Moreira, Jurema da Rocha

A construção e a transformação da paisagem urbana do Centro Histórico de Santa Cruz de Goiás : de Arraial a Vila, de Vila a cidade / Jurema da Rocha Moreira.-- 2019.

108 f.; il.;

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2019

Inclui referências, f. 100-108

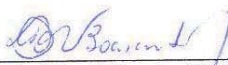
1. Cidades e vilas - História - Goiás (Estado). 2. Planejamento urbano - Santa Cruz de Goiás (GO). 3. Memória coletiva - Santa Cruz de Goiás (GO). I.Boaventura, Deusa Maria Rodrigues. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 94(817.3) (043)

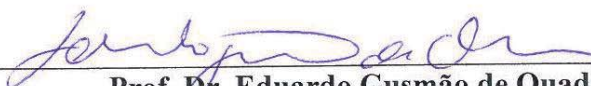
**A CONSTRUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO CENTRO
HISTÓRICO DE SANTA CRUZ DE GOIÁS: DE ARRAIAL A VILA, DE VILA A
CIDADE**

Dissertação aprovada em 27 de agosto de 2019, no curso de Mestrado em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

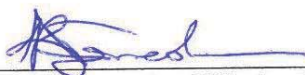
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Examinador Interno



Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Gonçalves
UEG / Examinador Externo

Prof. Dr. Patrick Di Almeida Vieira Zechin
UEG / Suplente

Profa. Dra. Thaís Alves Marinho
PUC Goiás / Suplente

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de fazer este mestrado. Ao programa de pós-graduação em história e ao corpo docente, por aulas e discussões memoráveis. À minha orientadora, professora Dra. Deusa Boaventura, pela dedicação e orientação ao longo desses dois anos e meio. Ao professor Dr. Eduardo Gusmão Quadros pela oportunidade de ingressar na disciplina como aluna extraordinária do curso de pós-graduação em História e, assim, concluir mais essa etapa tão importante para mim. Aos meus amigos Claudionor Henrique Dias, José Marcelo e Paulo Pedro Gomes, que foram os meus maiores incentivadores nessa caminhada. Agradeço também ao meu amigo Paulo Pedro Gomes, à sua mãe, Dona Maria Brazida Gomes, sua esposa, Lidianne Cristie Alves e seu irmão, José Ismael Gomes, que me receberam em sua casa, na cidade de Santa Cruz, no momento em que eu precisava realizar a minha pesquisa. Sou grata a essa família que me deu todo o apoio que eu precisava para realizar a pesquisa na cidade de Santa Cruz de Goiás. Agradeço minha amiga, Célia Moreira Pires, pelo incentivo quando eu pensava que não daria conta. E um agradecimento, mais do que especial, para meu esposo, Silvino Alves Moreira Filho, que acreditou em mim, me incentivou e, com muita paciência, elevava a minha autoestima. Aos meus filhos, eu agradeço a compreensão que tiveram quando eu me ausentei do convívio de vocês.

E também agradeço aos meus pais, Nicolau Ferreira da Rocha e Marlene Menezes da Rocha, por tudo que sou, pelos valores que me foram repassados, pelos incentivos constantes que me deram durante o percurso de nossas vidas.

RESUMO

O Centro Histórico de Santa Cruz de Goiás, desde a sua fundação, passa por sucessivas transformações. No século XX, este processo se acelera com as chamadas intervenções modernizadoras que desconsideram as preexistências e o patrimônio da cidade. Marcas destas ações são reveladas pela substituição da sua tradicional arquitetura colonial. Mas, a despeito desta condição, o seu núcleo histórico ainda guarda traços dos anos pretéritos, tanto dos anos iniciais da formação de seu Centro urbano, quanto das inovações dos Oitocentos, período em que o pequeno povoado passou à condição de Vila. Além disso, esses sinais do passado podem ser também observados nas suas tradicionais festas e eventos religiosos, tais como as famosas Cavalhadas e Procissões de Santa Cruz. O estudo da paisagem nos auxilia na compreensão desse processo transformador. No que se refere à dimensão sociocultural, ela revela as diferentes ações construídas ao longo do tempo, pelos diversos atores. Nesse sentido, a paisagem, como a materialização das várias camadas históricas, ainda pode suscitar as questões relativas à memória da cidade. Este trabalho entende a história urbana de Santa Cruz de Goiás a partir da consideração de que seu núcleo histórico é um lugar de memória. Defende-se que essa região, mesmo diante de suas inúmeras interferências que promoveram o apagamento de registros históricos, ainda conta com a presença de fragmentos materiais e imateriais. Isso porque trata-se de um lugar que ainda permite a recordação de seus diferentes tempos e experiências, refletidos nos costumes locais, nas comemorações festivas, culturais e religiosas.

Palavras-chave: Paisagem, memória, centro histórico de Santa Cruz de Goiás,

ABSTRACT

The Historical Center of Santa Cruz de Goiás, since its foundation, undergoes successive transformations. In the twentieth century, this process accelerates with the so-called modernizing interventions that disregard the pre-existences and the patrimony of the city. Trademarks of these actions are revealed by the replacement of their traditional colonial architecture. But in spite of this condition, its historical nucleus still retains traces of the past years, both from the earliest years of the formation of its urban center, and from the innovations of the nineteenth century, when the small village became Vila. In addition, these signs of the past can also be seen in their traditional festivals and religious events, such as the famous Cavalhadas and Santa Cruz Processions. The study of the landscape helps us to understand this transformative process. With regard to the socio-cultural dimension, it reveals the different actions built up over time, by the various actors. In this sense, the landscape, as the materialization of the various historical layers, can still raise questions concerning the memory of the city. This work understands the urban history of Santa Cruz de Goiás, from the consideration that its historical nucleus is a place of memory. It is defended that this region, even in the face of its innumerable interferences that promoted the erasure of historical records, still counts on the presence of material and immaterial fragments. This is because it is a place that still allows the memory of their different times and experiences, reflected in local customs, festive, cultural and religious celebrations.

Keywords: landscape, memory, historic center of Santa Cruz de Goiás

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1. O CENTRO HISTÓRICO DAS CIDADES: UM LUGAR DE MEMÓRIA E DE TRANSFORMAÇÃO..... | 15 |
| 1.1. As Cidades e seus Centros Históricos | 15 |
| 1.2. Os Centros das Cidades como lugares de Memória..... | 17 |
| 1.3. A Paisagem como reveladora de uma construção histórica..... | 19 |
| CAPÍTULO 2. AS DESCOBERTAS AURÍFERAS E A FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS EM GOIÁS..... | 27 |
| 2.1. Os Bandeirantes, os Descobertos do ouro e a Capitania de Goiás. .. | 27 |
| 2.2. O Surgimento do Arraial de Santa Cruz..... | 34 |
| 2.4. O Século XIX e a Formação de uma Vila..... | 43 |
| 2.5. De Vila à Cidade: As transformações administrativas e territoriais | 48 |
| CAPÍTULO 3. O CENTRO HISTÓRICO DE SANTA CRUZ: A PAISAGEM URBANA E A PAISAGEM DA MEMÓRIA..... | 64 |
| 3.1.A Arquitetura e as Paisagens do lugar: Um espaço em transformação. 64 | |
| 3.2. O lugar da Memória: Paisagens - material e cultural em Santa Cruz. | 79 |
| CONCLUSÃO..... | 96 |
| FONTES..... | 99 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 100 |

FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa do Vice – Reino do Brasil – 1763; Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG..... | 30 |
| Figura 2 - Mapa dos Arraiais e Vilas da Capitania de Goiás, início do século XIX; Arquivo do Museu de Santa Cruz..... | 33 |
| Figura 3 - Mapa do núcleo de povoação século XVIII e XIX; Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG..... | 34 |
| Figura 4 - Documento sobre a fundação do Arraial de Santa Cruz; PARAGUASSU, 2014, p. 40..... | 37 |
| Figura 5 - Formato do arraial Santa Cruz – Fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga | 39 |
| Figura 6 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com alteração em sua fachada – século XIX; Fonte: Arquivo do Museu de Santa Cruz | 40 |
| Figura 7 - Formato da Vila Santa Cruz – Fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga | 45 |
| Figura 8 - Foto atual do Antigo Quartel – Século XIX; Arquivo pessoal de Jurema Moreira | 45 |
| Figura 9 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, do século XIX. Arquivo do Museu de Santa Cruz 2019..... | 46 |
| Figura 10 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje funciona o Museu; Fonte: Arquivo pessoal Jurema da R. Moreira | 47 |
| Figura 11 - Artigo nº 47 eleva Santa Cruz à categoria de Cidade e estabelece seus limites geográficos; Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG | 49 |
| Figura 12 - Mapa dos limites de Santa Cruz, séculos XVIII e XIX; Fonte: Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG..... | 50 |
| Figura 13 - Resolução nº 553, novos limites de Santa Cruz, 1875; Arquivo Histórico do Estado de Goiás | 52 |
| Figura 14 - Resolução nº 553, novos limites de Santa Cruz, 1875; Arquivo Histórico do Estado de Goiás | 53 |
| Figura 15 - Mapa dos limites de Santa Cruz – século XX; Arquivo do Museu de Santa Cruz | 57 |

| | |
|---|----|
| Figura 16 - Mapa dos limites de Santa Cruz – século XX; Arquivo do Museu de Santa Cruz | 57 |
| Figura 17 - Formato da cidade de Santa Cruz – fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga | 58 |
| Figura 18 - Cavalhadas em Santa Cruz de Goiás – 1960; Foto do acervo do morador local, senhor Francisquinho, escritor e poeta..... | 58 |
| Figura 19 - Foto da antiga sede do Correio – década de 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz..... | 59 |
| Figura 20 - Foto da estrutura da cidade de Santa Cruz – década de 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz..... | 60 |
| Figura 21 - Placa de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Goiás (1880)..... | 61 |
| Figura 22 - Rua do Pregó, Lado direito: Casa de Câmara e Cadeia, lado esquerdo: Antigo Quartel; Arquivo pessoal de Jurema Moreira – 2019. | 62 |
| Figura 23 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 62 |
| Figura 24 - Praça do Coreto – atual centro de Santa Cruz – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 63 |
| Figura 25 - Antigo edifício da Igreja de N.S. da Conceição – meados do século XIX; Foto do arquivo do senhor Francisquinho, escritor e poeta da cidade de Santa Cruz de Goiás. | 65 |
| Figura 26 - Cruzeiro, em frente à antiga Igreja de Nossa Senhora de Conceição – 1940; Foto: Acervo de fotos do Museu de Santa Cruz. | 66 |
| Figura 27 - Antiga sede do Correio – 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz. | 67 |
| Figura 28 - Antiga Cadeia, do século XIX; Arquivo do Museu de Santa Cruz. | 68 |
| Figura 29 - Ruas de Santa Cruz, início do século XX; Fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz..... | 69 |
| Figura 30 - Casas da Rua do Pregó, década de 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz. | 70 |
| Figura 31 - Casas da Rua do Pregó, década de 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz. | 70 |

| | |
|---|----|
| Figura 32 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 1960; Foto: acervo de fotos do museu de Santa Cruz. | 71 |
| Figura 33 - Visão para o início da Rua do Pregó-2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 72 |
| Figura 34 - Final da Rua de Baixo – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 72 |
| Figura 35 - Centro da Rua do Pregó – 1980; Acervo do Museu de Santa Cruz. | 74 |
| Figura 36 - Centro da Rua do Pregó – 1980; Acervo do Museu de Santa Cruz. | 74 |
| Figura 37 - Final da Rua do Pregó – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 75 |
| Figura 38 - Final da Rua do Pregó – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 75 |
| Figura 39 - Centro da Rua do Pregó, atual centro urbano – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 75 |
| Figura 40 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2018 e 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 76 |
| Figura 41 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2018 e 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 76 |
| Figura 42 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira. | 77 |
| Figura 43 - Praça Padre Julião (Coreto) – 2000; Arquivo do Museu de Santa Cruz. | 78 |
| Figura 44 - Praça Padre Julião (Coreto) – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira. | 78 |
| Figura 45 - Salão de festas ao fundo e, ao lado, aglomerado de pessoas esperando para a festa – 1960; fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz. | 84 |
| Figura 46 - Procissão durante a festa em louvor ao Divino Espírito Santo; Foto do arquivo do Museu de Santa Cruz. | 85 |
| Figura 47 - Procissão durante a festa em louvor ao Divino Espírito Santo; Foto do arquivo do Museu de Santa Cruz. | 85 |
| Figura 48 - Cavalhadas de Santa Cruz, segunda metade do século XX; Fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz. | 86 |

| | |
|---|----|
| Figura 49 - Cavalhadas de Santa Cruz, final do século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz. | 87 |
| Figura 50 - Realização das Cavalhadas – última década século XX; Acervo do morador local, senhor Francisquinho, escritor e poeta..... | 88 |
| Figura 51 - Momento de confecção das indumentárias para Cavalhadas – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira. | 89 |
| Figura 52 - Momento de confecção das indumentárias para Cavalhadas – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira. | 89 |
| Figura 53 - Homens mascarados, preparados para realizar a contradança; Acervo do Museu de Santa Cruz..... | 92 |
| Figura 54 - Homens mascarados de mulheres para participarem da contradança - século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz..... | 93 |
| Figura 55 - Espaço para realização de festas, século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz. | 94 |
| Figura 56 - Espaço para realização de festas culturais, século XXI; Acervo pessoal de Jurema Moreira. | 94 |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, Santa Cruz de Goiás foi considerada um entreposto de grande importância nos sertões dos goyazes. O fato de estar centralizada a transformou em um local que estabelecia conexões entre diferentes pontos do território colonial, tais como: Vila Boa e Meia Ponte ao Triângulo Mineiro e a São Paulo. Mas no início do século XX a estrada de ferro desviou o caminho para leste e a BR 153 para oeste, ficando Santa Cruz enterrada nas serras entre o Rio do Peixe e Rio Corumbá. Mesmo diante do desvio da rota da estrada desde o início do século XVIII, essa mudança possibilitou a ascensão de Santa Cruz pela facilidade de acesso. Devido ao fato de estar localizada no chamado “caminho do ouro de Goiás”, ela continuou, de certa forma, sendo ponto de passagem para aqueles que vinham para Goiás, embora já não fosse mais um lugar importante para a realização das conexões.

A presente dissertação se propõe a compreender as transformações ocorridas na paisagem do centro histórico de Santa Cruz de Goiás, a partir de sua fundação (1729) e transformação após meados do século XIX e início do século XX. Esse recorte temporal se justifica por abarcar o início das estruturas físicas iniciais de Santa Cruz e aqueles anos que antecedem ações responsáveis pelas descaracterizações de antigos centros históricos.

Para tanto, a geografia, como campo disciplinar do objeto paisagem, servirá para compreender como as transformações do espaço vão acontecendo ao longo do tempo. É na perspectiva integradora, a qual leva em conta as transformações temporais, que o presente estudo sobre a paisagem se ocupa. Devemos nos atentar que foi a partir dos anos 1970 que a investigação sobre esse cenário passou a adotar a interdisciplinaridade levando em consideração que ela é um fenômeno percebido e vivido. Nesse aspecto, a dimensão cognitiva e subjetiva é considerada além dos significados material e imaterial das paisagens, principalmente nas que se configuram nos centros históricos.

Esses núcleos são lugares reveladores de imagens que permitem reconstruções simbólicas da história da cidade e se caracterizam por apresentarem ricas paisagens que contém mistérios, símbolos, significados e alegorias. São lugares de memória e, portanto, espaços carregados de representações de um tempo passado. Entretanto, atualmente, esses centros têm

sido objetos de intervenções urbanas modernizadoras, sofrendo descaracterização, às vezes, muito rapidamente. No caso do centro histórico do município de Santa Cruz de Goiás, Paraguaçu (2016) destaca que esse centro tem passado por um processo de transformação marcada por evidentes sinais de degradação, expressos em suas edificações urbanas. Todavia, consideramos relevante destacar que, mesmo a despeito de tais condições, o centro histórico de Santa Cruz de Goiás ainda se mantém como um significativo ponto de referência e de memória da cidade, materializados nos casarões existentes, nos traçados das ruas e nas diversas manifestações sócio culturais que acontecem durante os anos, evidenciados nos momentos e eventos ressignificados que foram se reconstruindo ao longo do tempo.

A partir dessas considerações, fizemos os seguintes questionamentos: Como se deu o processo de transformação do lugar e da paisagem do centro histórico de Santa Cruz de Goiás? Como era a sua conformação espacial e paisagem no século XVIII? Quais alterações físicas são possíveis de serem verificadas nesse espaço ao longo do século XIX? Quando o arraial passou a ser Vila e quais alterações espaciais ocorreram em sua paisagem? Como foi a configuração espacial do centro histórico de Santa Cruz no início do século XX? Como as manifestações culturais podem contribuir para reavivar a memória cultural de Santa Cruz?

Os objetivos do trabalho são: compreender a construção histórica da paisagem urbana do Centro Histórico de Santa Cruz de Goiás, a partir do marco de fundação e de transformações que ocorreram no lugar, que se deram ao longo dos séculos XIX e XX. Os demais objetivos pretendem entender os conceitos de memória, lugar e paisagem urbana; estudar a fundação de Santa Cruz a partir dos avanços das expedições bandeiristas; compreender a história de Santa Cruz de Goiás a partir do processo de urbanização de Goiás; estudar as concepções e as lógicas de fazer as cidades brasileiras nos séculos, XVIII, XIX e XX, buscando entender nesses tempos a formação e a transformação do centro histórico de Santa Cruz; identificar as particularidades núcleo da cidade que a caracterizam como lugar histórico; compreender as paisagens de Santa Cruz, a partir de sua arquitetura e de seus eventos sociais e manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial, elementos que expressam o passado e que o marcam como lugar. E para compreensão destas várias questões que estão relacionadas à

paisagem e à memória do centro histórico de Santa Cruz de Goiás, foram tomados como referências os textos: CERTEAU (2014), POLLAK (1998), HALBWACHS (1990); TUAN (2013) e LE GOLFF (2016).

Para o desenvolvimento foram consultados os seguintes arquivos: da cidade de Santa Cruz de Goiás, do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPHBC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Todos estes arquivos permitiram o levantamento de importantes documentos, como as atas das câmaras que ajudaram a entender a formação e a transformação do espaço de Santa Cruz. Além destes arquivos, foram consultados os livros dos viajantes estrangeiros e brasileiros como August de Saint-Hilaire, D'Alincourt, Johann Emmanuel Pohl, Gardner e Cunha Matos, com os quais se teve acesso a fontes importantes para complementar o entendimento do processo de construção da paisagem de Santa Cruz.

Para o melhor desenvolvimento, dividiu-se em dois momentos: o primeiro foi dedicado às pesquisas documentais e visitas aos arquivos; no segundo foram feitas pesquisas de campo dedicadas à aquisição de fotografias do centro histórico de Santa Cruz de Goiás e às entrevistas feitas com alguns membros de famílias tradicionais da cidade, com o objetivo de compreender melhor as mudanças ocorridas ao longo do tempo. A dissertação está organizada em três capítulos.

No Capítulo 1, em “O centro histórico das cidades: um lugar de memória e de transformação”, procura-se compreender os conceitos de paisagem, memória e centro histórico. Além disso, dedicou-se ao entendimento das cidades e de seus centros históricos. Estes, tidos como lugares de memória, expressam aspectos que vão além do patrimônio material e, sendo assim, suas paisagens como reveladoras dos diferentes tempos históricos das cidades também manifestam tais dimensões.

No Capítulo 2, “As descobertas auríferas e a formação de núcleos urbanos em Goiás”, procura-se compreender a formação do arraial de Santa Cruz, à época do processo de expansão territorial do Brasil colonial no século XVIII. Foi com as entradas e bandeiras que se deu a formação do território goiano quando buscavam especialmente ouro e mão de obra escravizada. Nesse período, nota-se que o acesso ao território goiano se dava por meio de picadas feitas a facão e mais tarde com a abertura de estradas, época em se deu a formação dos Arraiais.

Mas essas mudanças vão acontecendo de forma lenta e gradual, de acordo com a consolidação dos núcleos mineratórios, da agricultura de subsistência e da pecuária. Compreende-se ainda que os arraiais obedeciam a um modo de fazer cidades que considerava o edifício religioso como elemento estruturador do espaço que orientava os demais edifícios, tais como a cadeia pública e o casario.

O Capítulo 3, intitulado “O centro histórico de Santa Cruz: a paisagem urbana e a paisagem da memória”, entende como se constrói a paisagem urbana e a paisagem da memória de Santa Cruz. Nesse tópico, observamos como as transformações ocorridas no centro da cidade - especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX -, passam por um processo de expansão e de mudanças que o levam a perder as suas características iniciais e sua importância. O capítulo discorre também sobre seu patrimônio material, como a arquitetura do lugar e o patrimônio imaterial, tais como manifestações culturais - expressas nas tradicionais procissões e festas - que ajudam a revelar dimensões da memória e do lugar.

Procura-se, com essa pesquisa, contribuir com o conhecimento de Santa Cruz de Goiás. Conhecer seu centro histórico a partir de sua paisagem e com a consciência de que ele é portador de memória, tornar-se relevante para a revalorização do lugar.

CAPÍTULO 1. O CENTRO HISTÓRICO DAS CIDADES: UM LUGAR DE MEMÓRIA E DE TRANSFORMAÇÃO.

No mundo da natureza, por meio do trabalho, o homem impõe um domínio crescente sobre o espaço geográfico, modelando-o, criando e recriando lugares, como por exemplo, as cidades. O espaço é definido por suas coordenadas geográficas. Já o lugar está além das medidas, das distâncias calculadas. Ele tem seus significados definidos pelas experiências vividas que ficam marcadas pela memória. É nesse contexto que se entende as cidades, como lugar de memória e de sucessivas transformações. Lugares esses, que revelam em suas estruturas físicas as vivências socioculturais, os fazeres e os diversos saberes. São, portanto, estas estruturas que fornecem os elementos necessários para elaboração dos símbolos da memória coletiva e do imaginário.

1.1. As Cidades e seus Centros Históricos

As cidades não são apenas um conjunto de grupos de homens assentados e organizados em um determinado espaço. Elas são artefatos que revelam diferentes fazeres e ações do passado. Um produto histórico-social que materializa o acúmulo ao longo do processo histórico. Portanto, não podemos dizer que as cidades se resumem em suas ruas, edifícios, praças e instituições administrativas. Elas vão muito além desta dimensão física, elas são: "(...) um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes, e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial". (PARK, 1973, p.26).

Um dos espaços que expressa com riqueza esta dimensão histórica são os seus núcleos históricos que, para Pesavento (2008), são aqueles lugares de origem, onde se localizam os edifícios mais antigos, as referências do passado da cidade. São, via de regra, o lugar dos centros políticos e culturais, religiosos e ainda lugares de intensa sociabilidade. Mas, para uma análise coerente, não se deve analisar o conceito de centro histórico de uma forma isolada e, sim, em articulação com a definição de cidade.

Os centros das cidades estão também intrinsecamente ligados ao processo de crescimento da cidade, estando eles constantemente sujeitos às mudanças e transformações. No que se refere às suas formações, há que se considerarem três componentes fundamentais sobre a centralidade dos centros históricos, conforme aponta Pesavento (2008), a fim de promover uma articulação adequada entre as dimensões do espaço e do tempo. Para a autora, os componentes são:

Primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e a organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade; a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade; por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades (PESAVENTO, 2008, p.3).

Verifica-se que o centro histórico varia conforme o passar do tempo e de acordo com os hábitos e costumes da população, pois é determinado pela vivência das pessoas, das marcas de seu cotidiano e das relações culturais. Permite, portanto, novas interpretações à medida que a compreensão de mundo vai se modificando.

Entende-se como relevante também destacar Portas (2005) quando afirma que atualmente é mais adequado falar-se em áreas antigas do que em centros históricos.

Escrevi área porque, em geral, costuma-se fazer referência apenas à área central onde se concentram os principais comércios e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitetônico, que podem não constituir uma área central. (PORTAS, 2005, p. 155).

O que se vê é que Portas (2005) prefere a palavra ‘área’ a ‘centro histórico’ porque o interessante é encarar os problemas urbanos desde as suas construções antigas até as atuais. Independentemente de nomenclatura, o que se pretende discutir nesse trabalho é a forma como ocorreu a transformações da paisagem, tomando como referência os centros das cidades, ou seja, primeiramente, como espaços que têm ligação com a história e a memória.

Esses centros urbanos se caracterizam por apresentarem diferentes camadas históricas, o que nos permite chamá-los de centros históricos, que são lugares de memória, “o lugar é base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar”, (CARLOS, 2007, p. 17). A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo, sua paisagem

revela as marcas de um passado, expressas tanto em sua arquitetura, quanto na permanência de eventos culturais tradicionais. Nesses centros históricos são observadas também as relações e as ações realizadas nos lugares. O aspecto cultural tem desempenhado um papel importante na determinação do comportamento das pessoas em relação ao ambiente, determinando paisagens e apresentando, na sua configuração, marcas culturais que lhes dão uma identidade típica.

Para Pesavento (2008), os lugares de memória de uma cidade são também de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presenteiam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade que se encontra adormecida. São os lugares de memória que apresentam os acontecimentos impossíveis de serem repetidos. Nora (1993) mostra que a memória aos poucos vai se perdendo, por isso a importância de despertar a curiosidade pelos lugares de recordação, a fim de despertar o sentimento de continuidade ligado aos locais de reminiscência, pois sem eles não há mais meios de lembrança. “fala-se de memória porque ela não existe mais”. (NORA, 1993, p. 7). Contudo, entendemos que, mesmo que o tempo passado seja irrecuperável, haverá a possibilidade de recuperá-lo pelo imaginário e pela memória.

1.2. Os Centros das Cidades como lugares de Memória

Nas cidades estão os registros da história, do seu processo de transformação urbana. Nela, estão preservadas as memórias, que, segundo Pollak (1998), referem-se aos procedimentos coletivos em torno dos acontecimentos e das interpretações que se tem de um tempo já passado o qual pretende manter-se sob proteção ou defesa. Para esse autor, a memória está integrada a tentativas mais ou menos conscientes de definir e de se reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Entretanto, a memória não é uma simples coleta de referências, mas uma recepção e percepção de lembranças e repertórios perdidos que incidem sobre o espaço da cidade. Como um conjunto múltiplo de ação coletiva, a cidade tem muitas dimensões e significados, por isso compreendemos que a mesma produz história e memória. Ambas são narrativas, passado, portanto, tornam

presentes uma ausência, que, a priori, não pode mais ser percebida ou sujeita à repetição.

Nos centros das cidades, os monumentos, os edifícios mais antigos, os espaços públicos seculares, as ruas estreitas com seus nomes e arquiteturas tradicionais são as marcas que revelam o passado. Santos (2018) destaca que esses elementos espaciais contextualizados nos seus respectivos períodos da história dos centros da cidade e até mesmo em dimensões territoriais mais alargadas, permitem a compreensão concreta dos processos de produção da cidade e de suas práticas socioeconômicas e culturais. Em outras palavras, o que compõe o centro da cidade atesta a existência de comunidades urbanas passadas. São, portanto, marcas que permanecem presentes no espaço. Pretendemos, assim, demonstrar a importância da paisagem construída, abrigando signos importantes.

Percebemos, desse modo, que isso está relacionado ao fato de ser o centro da cidade a área onde o comércio está concentrado em sua maioria e, também, por ser o espaço dos encontros sociais, nos quais as informações são emitidas, transmitidas e compartilhadas, espalhando-se para outros espaços. Para Lefebvre (2001): os centros das cidades possuem a melhor arquitetura de cada época, promovendo o encontro urbano tanto da estrutura física quanto da parte social da cidade. Na visão desse autor, nos centros urbanos há uma realidade presente, arquitetônica, paisagística e urbana. Nesses lugares se encontram as relações sociais e os imaginários diversos, por sua vez, indispensáveis para a existência da sociedade urbana.

Peixoto (2002) afirma que os centros históricos constituem um elemento essencial do espaço urbano, pois compõem um aspecto relevante para analisarmos a dinâmica urbana da permanência e da mudança, bem como compreendermos uma cidade, de modo geral. Por meio da análise de um centro histórico, é possível compreender o espaço que existe entre a cidade projetada que foi planejada desde o seu início e a cidade vivida, desenvolvida por meio de experiências simples, estimuladas de acordo com as relações sociais vivenciadas. São, portanto, desafios que nos levam a equacionar a questão dos “centros históricos” e sua sustentabilidade cultural, no contexto das imagens que os projetos e as políticas de transformação urbana difundem e no modo como essas novas imagens vão ao encontro umas das outras ou entram em conflito com imagens dominantes.

1.3. A Paisagem como reveladora de uma construção histórica

A paisagem, devido à sua composição física tanto de aspectos geográficos, como biológicos, passa por permanentes transformações espaciais. Thomas (2001) e Camargo (2002), afirmam que a dinâmica da paisagem se dá em função da interação entre os fatores, onde qualquer componente alterado modifica o sistema como um todo; e dependendo da magnitude e frequência dos fenômenos espaciais e temporais, a paisagem sempre buscará mecanismos de ajuste de sua estabilidade para uma nova interação de todos dos elementos que a compõem. Mas, a despeito deste entendimento, o conceito de paisagem passou por diversas abordagens e, ao longo do tempo, os conceitos foram se adaptando de acordo com a dinâmica da humanidade, o que explica, obviamente, o surgimento de novas linhas de pensamento e análise. Em virtude disso, a paisagem passou a ser pensada não apenas como resultado material de interações, mas como:

Resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução, numa porção do espaço, tem-se que pensar em normas legais que contemplem tanto o complexo dos elementos naturais, quanto o de elementos construídos, ou ainda, de ambos, considerados na sua dinâmica e identificados, como patrimônio paisagístico da coletividade (BERTRAND, 1972 *apud* OLIVEIRA, 1998, p.63).

Sendo assim, a paisagem resulta da soma de forças naturais e humanas, constituindo então um fato físico e cultural, interligados em espaço e tempo determinados. Isso nos leva a inferir que a paisagem deve ser entendida também como uma estrutura que pode ser mensurada, quantificada e qualificada. Baseado nessas considerações, Bertrand (1972 *apud* OLIVEIRA, 1998), afirma que a paisagem não pode ser tomada como uma realidade estática, uma vez que ela carrega a presença humana, tanto na área urbana quanto na área rural, cuja ação produz os frutos da sua própria cultura. Essas ações são acumuladas ao longo do tempo impressas na paisagem, revelando uma construção histórica que mistura arte e lembrança facilmente identificadas pelos que vivem em determinado lugar.

Acrescenta-se ainda que discutir paisagem significa enfrentar pluralidade de conceitos e entendimentos. No âmbito da geografia, certamente é um grande desafio, uma vez que o mundo passa por constantes mudanças e profundas transformações em um ritmo muito intenso e veloz. “Entre os geógrafos, há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases

diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos” (MAXIMIANO, 2002, p.87). Logo, trata-se de uma grande problemática envolvendo a geografia física e a cultural.

Sendo assim, nesta pesquisa, o tema em questão será tratado à luz da geografia física e cultural, pois a paisagem será também compreendida de forma conotativa, quando se considera os valores subjetivos justificados pelos aspectos sociais e culturais de um lugar. Essa ideia de geografia física e cultural é relevante para a pesquisa realizada, visto que discutimos e refletimos sob a perspectiva de um lugar: o município de Santa Cruz de Goiás.

Ressalta-se, a partir disso, a percepção de que determinadas paisagens apresentem, na sua configuração, marcas culturais e recebam, assim, uma identidade típica. Compreendemos, com base nisso, que a problemática ambiental moderna considera os aspectos culturais e leva em consideração as diferentes formas de interferência do homem sobre a paisagem. Na ótica da diversidade cultural, corroboramos com Bertrand (1972, p. 21) ao afirmar que: “A paisagem não é a simples adição dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antropológicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

Para o autor, a paisagem é homogênea, visto que natureza e sociedade formam uma entidade única em um mesmo espaço geográfico. Entidade aqui, consoante fontes dicionarizadas, tem o sentido de tudo quanto existe ou pode existir de forma real ou imaginária. Vemos entidade como sinônimo de associação. Nesse caso, para Bertrand (1972), as esferas natural e humana não estão dissociadas. Ainda sobre a compreensão de paisagem, Sauer (2004) destaca como é essencial a interação entre elementos naturais e antrópicos.

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido cronológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. (SAUER, 2004, p.42).

Essa afirmação sugere, de modo evidente, que a ação do homem interfere na natureza. A partir de Sauer (2004), entendemos que essa transformação causada pelo homem acaba por projetar formas diferenciadas para a natureza, sendo um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição o qual ocorre, uma de antes e, outra, que vem depois da presença do homem. O tempo histórico,

neste sentido, deve ser privilegiado para facilitar o entendimento do percurso histórico que se dá entre o aspecto anterior e o posterior. Entretanto, para conduzir a preservação e o equilíbrio da paisagem, apesar da complexidade da tarefa, é preciso que haja ações efetivas nesse sentido.

A seguir, discutiremos o sentido de lugar, espaço e memória na visão de Tuan (2013) para quem não há distinção entre espaço e lugar.

O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e da estabilidade do lugar, estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme no lugar. (TUAN, 2013, p.14).

São com essas interpretações, de momentos diferentes ao longo do período, que se observaram as transformações das cidades históricas. Vamos tratar sobre o entendimento de lugar tendo como base o estudo dos fenômenos, pois segundo este entendimento, os lugares são como fenômenos percebidos pelo homem no momento em que se dá o processo de interação, entre esse indivíduo e determinado espaço. Desta forma, podemos analisar as ações e percepções e compreender um conjunto de códigos e símbolos que transformam os espaços em lugares onde as experiências e vivências, de modo geral, desempenham um papel fundamental na construção e identidade da paisagem.

Se levarmos em conta tanto nosso repertório sociocultural, como também referências diversas ao longo de todo um processo de formação, veremos que a relação do homem com o espaço é mantida. Leite (1998) destaca que isso pode ser explicado pela filosofia grega, quando Aristóteles afirma que o lugar ou espaço é o limite voltado ao corpo humano. Descartes acrescenta que, além de se definir essa relação de espaço e corpo, é necessário, também, estabelecer a relação entre outros elementos presentes no lugar.

Diante disso, ressaltamos que a relação homem e espaço acabam resultando na forma apegada de algumas pessoas a determinados locais, atitude justificada pela forma confortável como se sentem nesses lugares. A fim de que entendamos com mais clareza, é como se recebêssemos um pequeno espaço contido em outro. Nesse recebimento, nasce a concepção de lugar na qual as pessoas se beneficiam da parte recebida e passam a serem elas somente a perceberem características do lugar. Assim, a relação se estreita de tal modo que se traduz em identificação e

consequentemente, o espaço ganha identidade própria, quando as pessoas passam a perceber esse espaço como sendo um lugar. Conforme Castells (2000):

Esse lugar passa a conceber para as pessoas mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do ambiente, como igualmente com sua natureza subjetiva- imaterial e imponderável. E substancialmente expressos como produto das interações entre as pessoas e ambiente. (CASTELLS, 2000, p.13).

As relações entre lugar, paisagem e memória vêm se transformando há algum tempo em meio a um número significativo de estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Na perspectiva das ciências humanas, a História e a Antropologia discutem o tema há mais tempo e com relevância. Nesse sentido, Meneses (1999), destaca:

O campo de problemas a descoberto ainda é muito vasto. Apenas para nos atermos ao ângulo da História, poderiam ser apontadas muitas questões cruciais que contam com bibliografia inexistente ou insatisfatória: a amnésia social, a apropriação da memória alheia ou as práticas comemorativas (...)etc. Muito esforço, em vez disso, tem sido ainda dedicado a estabelecer fronteiras entre a História e a memória (MENESES, 1999. p.11).

O foco da concepção de lugar neste tópico é a presença do ser no mundo, ligado intimamente com as memórias dos indivíduos e das coletividades humanas. Nesta pesquisa, foram utilizados conceitos de lugar, paisagem e memória sugeridos pela junção entre geografia cultural e humanista. O conceito de lugar ganhou importância na geografia após a adoção do aporte proveniente da fenomenologia existencialista. Para Tuan (1977), o lugar encarna as experiências e as aspirações pessoais, é uma realidade que deve ser compreendida da perspectiva dos que lhe dão significado. O lugar é definido como um conjunto complexo, enraizado no passado e incrementado com a passagem do tempo, com o acúmulo de experiências e de sentimentos que seria a vivência primitiva do espaço experimentada a partir do corpo. Tempo e espaço relacionam-se com a distância: são estruturados e orientados pela intencionalidade humana. O tempo, inseparável da atividade locomotora, está implícito nos lugares a partir da ideia de movimento, esforço, liberdade, objetivo e acessibilidade.

Lugar e tempo relacionam-se de três modos: tempo como movimento ou fluxo; lugar como pausa na corrente temporal, afeição pelo lugar em função do tempo; lugar como tempo visível ou lembrança de tempos passados. Nessa pesquisa, lugar é conceituado como um mundo de significados, organizados em torno das noções de corpo, distância, direção, de um receptáculo de memória.

No que se refere à paisagem, trata-se de um tema sempre definido inicialmente como ambiente físico uniforme que propicia a ocupação humana. Entretanto, escolhemos refletir sobre paisagem a partir da definição de Sauer (2004), para quem a paisagem deve ser analisada com base no enfoque cultural. O autor compreende a paisagem como o processo físico e cultural de formatação da Terra. Essa adaptação é gerada por fatos ou acontecimentos que ocorrem no lugar e pela análise da constituição, limites e relações genéricas entre cenários. Para Sauer (2004), a paisagem é um conceito maior que o todo visível de todos os elementos que a compõem. Dessa forma, suas qualidades físicas são determinadas a partir de suas características de *habitat* presente ou potencial. Nesse caso, a cultura é o agente, a área natural passa a ser o meio e a paisagem é o resultado. Com vistas a essa pesquisa, consideramos a definição de paisagem seguinte defendida por Berque (2004) como a mais adequada.

A paisagem é uma marca, porque ela exprime uma civilização; mas também é uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação, isso é, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno.” (BERQUE, 2004, p.33).

Seja como marca, seja como matriz, a paisagem é uma expressão física da ação do homem sobre a natureza, e por extensão, um receptáculo de reminiscência. Para os antigos gregos, a memória era sobrenatural, um dom a ser exercitado. Para os romanos, é considerada indispensável à arte retórica, uma forma destinada a convencer e emocionar os ouvintes por meio do uso da linguagem. Na atualidade, o conceito e, sobretudo o funcionamento da memória ganhou importantes aportes das ciências físicas e biológicas. Nas ciências sociais, encontraremos estudos que relacionam a memória individual ao meio social, fundamentais para o nosso trabalho, em que se articulam os relatos individuais à memória local.

Foram os estudos de Halbwachs(1990) que contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele, as recordações aparentemente mais particulares remetem a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. São no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração de cada indivíduo ocorre por meio da construção das memórias dos diferentes grupos com os quais nos relacionamos. Ela está impregnada das lembranças dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não

estejamos na presença deles, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos envolvem se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos como uma unidade que parece ser só nossa. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina 'comunidade afetiva'. E dificilmente nós estamos fora desse quadro de referências, evidenciando que tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental.

A partir dessas reflexões, completamos que os lugares de memória de uma cidade são também espaços de histórias. História e memória são narrativas do passado que aproximam as ausências, reconfigurando um tempo distante. São representações que permitem a visibilidade de um fato, o qual, certamente, não pode ser reconhecido ou repetido. Todavia, qualquer tempo já decorrido, mesmo que não possa ser recuperado, pode permanecer presente, de algum modo, seja por meio de discursos e/ou imagens. Compreendemos, a partir disso, que toda cidade possui história e memória. Acrescentamos a isso que o centro da cidade sempre será o cartão de visitas daquele lugar e, mesmo que o tempo tenha deteriorado ou degradado, esse núcleo deixará algumas marcas, funcionando como padrões de referência à identidade da cidade.

Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. Por isso o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica; (HALBWACHS, 2006, p. 160).

Entendemos que todas as pessoas que habitam a cidade têm nela seus pontos de ancoragem da memória. Referimo-nos aos lugares em que reconhecemos a nós mesmos, em que vivemos as experiências do cotidiano ou situações ímpares, visto tratar de um território, muitas vezes percorrido por nós e por tantas pessoas que fazem parte da nossa história pessoal. Também há que se considerar um aspecto contrário, ao pensar em espaços que existiram em outro tempo e sua relevância está ligada aos fatos narrados pelas pessoas que os percorreram. Os lugares dotados de significado fazem de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar a comunidade simbólica. Mais do que extensão de terra, são considerados territórios porque foram apropriados pela sociedade. Pierre Nora (1997), afirma que os sentidos mencionados no passado podem evocar ações,

personagens e tramas que se realizam em um tempo já corrido, nesse caso, são, portanto, lugares de memória.

Entretanto, problematizamos o que vem a ser, afinal, a paisagem como identificador de grupo e de ações. A paisagem é amplamente discutida e ainda está em busca ser definida. Pelo fato de estar entre o céu e a Terra, formando o todo que se encontra acima do chão e abaixo do firmamento, é confundida com a natureza. Compreendemos que a paisagem pode ser definida como a natureza, uma vez que pode ser tanto observada quanto transformada pelo homem. Nesse caso:

A paisagem é a natureza, e, por isso, participa da natureza, da eternidade que se faz natureza, num constante existir desde antes dos homens, o que nos faz crer que a paisagem seja uma substância. (CAUQUELIN, 2007, p.9).

A autora acrescenta que o estudo da paisagem, nessa visão, está ancorado na Geografia apenas para fins de desenvolvimento, no entanto, sua definição busca na Filosofia seu ponto de partida, tomando a paisagem como o lugar onde se converge a diversidade das atividades humanas, oriundas de fixação do homem a um determinado local e palco desenvolvedor de ações de vida. Cauquellin também destaca que “segundo a definição aristotélica, o invólucro dos corpos que limita a pretensa “paisagem” nada é sem os corpos em ação que ocupam” (CAUQUELLIN, 2007, p.49).

Com isso, concluímos que é impossível fragmentar o trinômio: lugar, paisagem e memória, ou seja, torna-se inútil analisá-lo separadamente. Sendo assim, o lugar de ser dos seres é um invólucro visível que só pode ser entendido no estado tal qual ele se apresenta como todo. Quanto à paisagem, não pode ser entendida como uma ciência física, estática. Ela é polissêmica, dinâmica e reage de acordo com a integração entre ela e seus componentes. Esse espaço vivido, constituído, pode ser entendido como uma rede de significados e significantes que é assimilada de maneira particular para cada indivíduo ou grupo e, assim, acaba sendo interpretada de modo singular e utilizada de forma particularizada. Essa rede tende a formar o ambiente de vida, onde as condições ambientais jamais poderão ser tomadas como neutras ou estáticas. Considerando Moreira (2006), a paisagem pode até ser um palco estático, mas o cenário passa por modificações.

Contudo, antes de a paisagem ser palco de dinâmica, tem-se a sensação de que ela é tradutora de uma relação muito estreita e privilegiada do indivíduo para com o mundo. No íntimo de cada um reside a impressão de que a paisagem já

existe antes mesmo da consciência ou que ela é dada ao homem antes de qualquer estímulo “cultural”. Nessa perspectiva, Cauquellin (2007) coloca a paisagem vinculada à alma de cada um como se fosse parte dos próprios sentidos. A paisagem antecede à formação, preexiste em cada um antes de sua existência como membro de uma comunidade. Tuan (2013) destaca que a paisagem é sentida, apropriada e, dessa forma, se engendra em cada indivíduo, em forma de *topofilia*, ou seja, de elo afetivo¹.

A paisagem está instantaneamente ligada aos sentidos, às emoções. Ao relembrar fatos ocorridos na infância, ela sempre se faz presente, não como palco, mas como geradora de emoções. Cauquellin afirma que:

A paisagem já está ligada a muitas emoções, a muitos gestos e, parece, sempre realizados. Ligada a esse sonho sempre renascente da origem do mundo, ela teria sido ‘pura’ de uma pureza na qual nos remetem aos edens e à qual retornamos, não obstante nosso saber (CAUQUELLIN, 2007, p.31).

Nesse sentido, entendemos que o indivíduo se posiciona como integrante dessa paisagem, pois se ela antecede conceitos sociais e culturais, significa que ela está em cada indivíduo e esse, está nela, de modo simbiótico. Todavia, essa paisagem é determinadora de relações, uma vez que esses vínculos não são estáticos, pois sua dinâmica pode ser permanente ou temporária. Desse modo, percebe-se que emoções e elementos paisagísticos são capazes de revelar as mudanças e transformações das quais o homem é o protagonista. Esses aspectos tornam-se identificadores de lugar

¹Predileção por lugares. *Topofilia* in Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018.

CAPÍTULO 2. AS DESCOBERTAS AURÍFERAS E A FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS EM GOIÁS.

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira vamos discutir o processo de colonização da região central da capitania brasileira, voltada para entender a formação do comando de Goiás, bem como a formação dos Arraiais, a partir dos descobertos auríferos e o início da urbanização, com base nos estudos de: Alves (1983), Azevedo (1987), Bertran (1996), Parente (1999), Oliveira (2018), Palacin (1994), Palacin e Moraes (2008), dentre outros. Na segunda parte, vamos abordar o surgimento das Vilas e Cidades, o aspecto sócio cultural e o processo de transformação territorial e patrimonial, durante a urbanização pelo qual o município de Santa Cruz passou durante o século XIX, bem como as características do espaço fundacional. Para abordar essas questões, vamos nos basear nas obras de: Boaventura (2007), Paraguassu (2014), Phol (1976), Saint-Hilaire ([1847] 1975), Santos (2002), Souza (1999), Teles (1998), dentre outros.

2.1. Os Bandeirantes, os Descobertos do ouro e a Capitania de Goiás.

A formação do território da antiga capitania de Goiás foi iniciada com a chegada de diversas expedições, conhecidas por entradas e bandeiras, que vinham em busca de ouro. A notícia da existência do mesmo foi a principal motivação para o desbravamento deste território, tal como aponta Oliveira (2018) quando diz que a:

[a] história da ocupação do território goiano² por povos não autóctones está intimamente ligada ao descobrimento e exploração aurífera na região conhecida como Minas dos Goyazes, algumas décadas após o início da exploração das jazidas de Minas Gerais (1690) e poucos anos após a descoberta do ouro de Mato Grosso (1719). Isso ocorre quando a Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera filho) se faz vitoriosa (por volta de 1725), após mais de três anos perambulando pelos sertões do Planalto Central. (OLIVEIRA, 2018, p.309).

Essas expedições, embora não haja informações precisas, na sua maioria eram organizadas principalmente na Bahia - centro da colonização- eram de caráter

²A região que compreendia o território goiano no século XVIII não é a mesma dos limites do atual estado de Goiás, tendo ele perdido desde o século XIX, grandes extensões para Minas Gerais e Mato Grosso, além do Distrito Federal e de toda a área referente à criação do estado do Tocantins em 1988. Assim, “Ao longo de sua história, Goiás perdeu cerca de 258.000 km²”. GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio. Geografia Goiás-Tocantins. Goiânia: UFG, 1993, p. 59.

oficial, designadas para buscar riquezas e explorar o interior, ou de empresas comerciais particulares, organizadas para a captura de indígenas.

A história das entradas e bandeiras³ remonta aos anos de 1554, elas tinham como principal ponto de partida a Vila de São Paulo de Piratininga. Por entradas, entendiam-se aqueles empreendimentos que eram financiados pelo governo colonial e por bandeiras, os empreendimentos particulares. Em linhas gerais, suas principais motivações eram a exploração do território em busca de riquezas minerais, novas terras e a escravização de indígenas para mão de obra escravizada.

Com base nos relatos de Palacin e Moraes (2008), o primeiro bandeirante a adentrar a região de Goiás foi Antônio Macedo e Domingos Luís Grau. Isso foi no período de 1590 a 1593. Depois seguiram Domingos Rodrigues, Afonso Sardinha, Belchior Carneiro, Martins Rodrigues, André Fernandes, Pedroso de Alvarenga, de 1596 a 1618. Após mais de quatro décadas, chegaram Francisco Lopes Buenavides, no período de 1665-1666, e, depois, Luís Castanho de Almeida e Antônio Paes, em 1671, sendo que este possuía uma expedição militar. Dois anos depois, em 1673, chegou Sebastião Paes de Barros.

Na história da Capitania de Goiás, destaca-se a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera⁴, pseudônimo que ele recebeu dos povos indígenas. De acordo com Alves (1983), esse bandeirante, Bartolomeu, chegou à região de Goiás, em 1680. Em sua expedição, ele trazia consigo um filho de 12 anos. Bartolomeu Bueno da Silva obteve sucesso logo em sua primeira expedição, devido, sobretudo, à sua estratégia de prender muitos indígenas de modo a favorecer seu plano com relação à busca de ouro, o que resultou no descobrimento de várias pepitas.

Depois de Bartolomeu Bueno da Silva, foi à vez do seu filho, cujo nome era o mesmo do pai. Ele foi incumbido, pelo governo de São Paulo, de chefiar uma entrada, com cem homens, com o objetivo de localizar o lugar onde estivera com seu pai. Tendo assim encontrado o aldeamento dos indígenas goyases, ou Goiás, e

³Bandeirantes é a denominação dada aos sertanistas do período colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram no interior da América do Sul em busca de riquezas minerais, sobretudo o ouro e a prata, abundantes na América espanhola, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos.

⁴Anhanguera significa "Espírito Maligno" ou "Diabo Velho", e foi o apelido dado pelos indígenas a Bartolomeu Bueno, quando em uma das bandeiras (por isso bandeirantes, pois, demarcavam o lugar com bandeiras) ameaçou os índios que iria colocar fogo na água deles se não entregassem o ouro que tinham.

também vestígios de uma área cultivada por seu pai, onde ele fundou o arraial da Barra e os de Ouro Fino, Ferreiro e Santana. Esse bandeirante havia aprendido muito com seu pai, uma vez que o acompanhava desde menino. A isso, atribuímos o sucesso de sua expedição, na qual coletou muitas pepitas de diferentes minas, o que acabou por atrair muitos aventureiros à região, também motivados pela existência do ouro. Palacin e Moraes (2008) afirmam que “a primeira região ocupada foi a do rio Vermelho, onde se fundou o arraial de Sant’Ana, que depois seria chamado de Vila Boa, e mais tarde, Cidade de Goiás.” (PALACÍN; MORAES, 2008, p.23). As bandeiras seguiam em direção aos sertões com a promessa da Coroa de receber a legalização das terras “conquistadas”, com o direito de fixar novos territórios e explorar, por meio da concessão de sesmarias aos conquistadores. Segundo Boaventura:

Num documento anterior, de 15 de março de 1731, o monarca já havia determinado ao governador de São Paulo que promovesse a divisão das terras goianas, onde as sesmarias para mineração deveriam ter meia légua e os caminhos e demais sertões, três léguas. (BOAVENTURA, 2007, p. 121).

Eram esses documentos, ou seja, as Cartas Régias que determinavam todo o funcionamento e controle das novas terras conquistadas, pela Coroa. Vale destacar que as Bandeiras foram um movimento basicamente paulista, iniciado após meados do século XVI, cujas atividades focalizavam a busca de ouro e da mão-de-obra indígena, para serem escravizadas.

Junto a esta movimentação dos achados auríferos a Coroa portuguesa providenciou a formação da Capitania de Goiás em 1744, com a sua efetivação em 1748. Criar a capitania e fundar Vila Boa, além de revelar a atenção com a organização, foi à alternativa encontrada para controlar melhor a exploração de ouro, evitar o contrabando e melhorar a agilidade para responder aos ataques de indígenas da região.

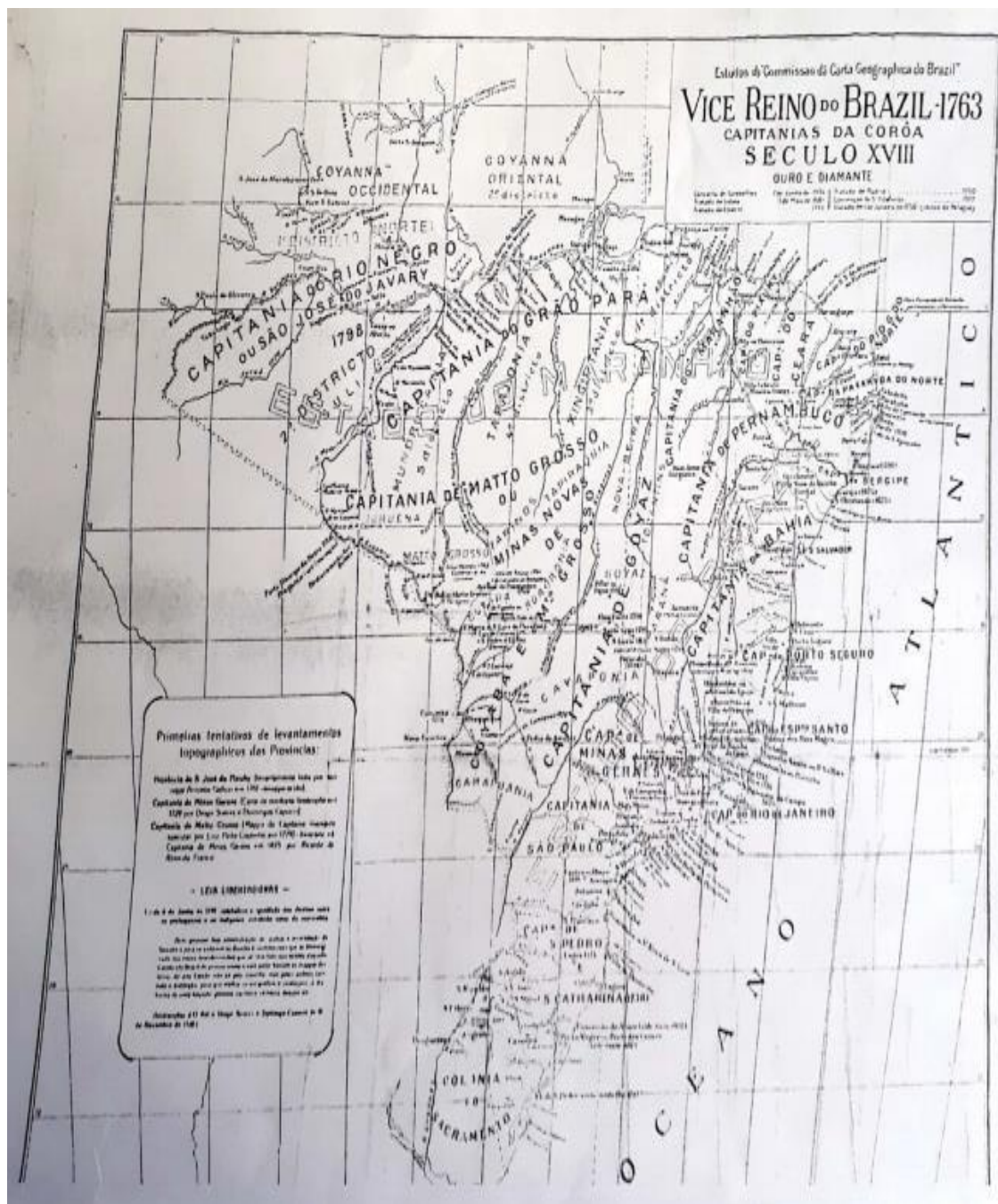


Figura 1 - Mapa do Vice – Reino do Brasil – 1763; Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG

Perante o aumento do fluxo de pessoas de outras regiões da Colônia para as regiões centrais, a formação da Capitania foi um bem necessário para a Coroa Portuguesa diante da realidade enfrentada em Minas Gerais, do embate entre paulistas e os emboabas- que culminou na chamada Guerra dos Emboabas, de 1707 a 1709 - e na luta dos paulistas, que lutavam pelo direito de exploração das jazidas de ouro da região. Com o objetivo de assegurar o direito de exploração do minério nas novas terras exploradas e evitar novos conflitos, o ideal e necessário

seria a criação de uma nova capitania, com governo próprio. Pois, com o aumento gradativo da população em busca do minério, foi surgindo uma diversidade de garimpos que posteriormente se transformaram em arraiais, como se observa nas palavras de Parente:

Há ouro e água. Isso basta. Depois da fundação solene do primeiro arraial de Goiás, o arraial de Sant'Anna, esse foi o critério para o surgimento dos demais arraiais. Para as margens dos rios ou riachos auríferos deslocaram-se populações da metrópole e de todas as partes da colônia, formando à proporção em que se descobria ouro, um novo arraial que podia progredir ou ser abandonado, dependendo da quantidade de riquezas existentes. (PARENTE, 1999, p. 58).

O aumento de pessoas em direção à região centralizada da colônia exigiu que fossem legalizadas não somente as novas terras, mas as providencias necessárias para o efetivo controle da nova região, bem como, o empenho imprescindível para a fundação de uma vila que comportasse a legitimação do poder administrativo sobre o território, caracterizado por limites imprecisos e incertos. A inauguração de uma capital para a Capitania era sinônimo de autonomia, organização e instauração de um governo próprio com políticas semelhantes às demais Capitânicas já existentes. Conforme afirma Boaventura (2007):

Vila Boa foi, portanto, a representante física e legal das instituições de Portugal e a única articuladora dos diferentes arraiais existentes. Por essa razão, ela não foi apenas um simples povoado de mineração, mas, principalmente, um importante centro fiscal e político-administrativo da metrópole, responsável pela hierarquização, defesa e eficácia dos caminhos e comunicações, além de ordenadora de todo o território da Capitania. Mais que isso, ela representava, sobretudo, a certeza do controle das minas de ouro do Brasil Central e a incorporação aos domínios de Portugal de parte do território que lhe pertencia. (BOAVENTURA, 2007, p. 131).

Ao se formar uma Capitania era necessário providenciar algumas medidas, com o objetivo de manter o controle da Vila, dentre elas: a administração da Vila e a “legalização do poder administrativo sobre um território caracterizado por limites imprecisos e incertos”. (BOAVENTURA, 2007, p. 129). Essa legalização, além de inaugurar uma nova capital, representava o estabelecimento de um governo específico, organização, autonomia e política próprias, semelhante a outras regiões, como por exemplo, Cuiabá.

Para a fundação da Vila, diversas providencias deveriam ser tomadas, ou seja, pensar na sua gerência significava criar as devidas ações burocráticas, importantes e necessárias como: a constituição do corpo legislativo formado por vereadores, para a concretização da Câmara de Vereadores. Para isso, D. Luís Mascarenhas, Governo de São Paulo, em 1739, “demarcou as quatro léguas de

terra para o termo de Vila Boa, ao lado do Arraial de Santana, em um sítio que deveria estar provido de água saudável e quantidade suficiente de lenha para o abastecimento do novo lugar”. (BOAVENTURA, 2007, p. 129). Desta forma, organizou a constituição da Câmara com: “[...] dous vereadores e procurador do conselho, os quais foram eleitos e tomaram juramento, fazendo a sua primeira vereança no primeiro de agosto de 1739.” [sic] (SILVA E SOUZA, 1978, p. 85). Além de ser responsável pela administração da Vila, esse corpo administrativo constituído deveria contribuir com o controle da Capitania, era responsável também pela organização e administração dos Arraiais. E assim, aos poucos foi se concretizando a desvinculação da capitania goiana à capitania de São Paulo.

E Vila Boa se tornou representante legal e física das instituições de Portugal e a única promotora dos diversos arraiais da Capitania. Desta forma, ela se transformou em “um importante centro fiscal e político-administrativo da metrópole, responsável pela hierarquização, defesa e eficácia dos caminhos e comunicações, além de ordenadora de todo o território da Capitania.” (BOAVENTURA, 2007, p. 131), representando a confiança do domínio das minas de ouro no Brasil Central e para Portugal representava a incorporação de parte de territórios que não pertenciam aos seus domínios.

Ao longo da formação do território da capitania, achados auríferos foram se multiplicando, tais como os da Barra, Santa Rita, Meia Ponte, Corumbá, Santa Cruz, Ouro Fino, entre outros. Nas proximidades desses achados auríferos formaram-se os arraiais. Em algumas regiões que hoje pertencem a Tocantins surgiram o Arraial de Pilões, de Amaro Leite, de Traíras, de Piedade, entre outros, que foram citados por Palacin e Moraes (2008).

Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738), Santa Luzia em 1741, Anicuns em 1753, entre outros. Após a década de 40, do século XVIII, a euforia dos primeiros anos já havia passado, então os mineradores foram em direção ao Centro-Norte e Nordeste da Capitania, na região da Chapada dos Veadeiros, onde “fundaram os arraiais do Maranhão; Água Quente, [...] Traíras, São José do Tocantins, Porto Real, [...] Só na área de Crixás, em 1762, trezentos escravos trabalhavam em suas ricas terras” (BOAVENTURA, 2007, p. 126). Nos anos 40, surgiram Conceição, Carmo e Taboca e, mais tarde, Príncipe (1770). Alguns foram extintos, como Pontal, Taboca e Príncipe.

Gerais, Mato Grosso e Goiás, na primeira metade do século XVIII, incentivou a intensificação de correntes migratórias em direção ao oeste, até então, pouco conhecido e inexplorado. Para Brioschi:

[...] a descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso pelos paulistas, não foi uma obra da casualidade. Durante dois séculos eles penetravam o sertão adentro caçando índios e sonhando com a descoberta de ouro, prata ou pedras preciosas, em uma época que os paulistas tinham apenas duas opções: a entrada pelo sertão ou a lavoura de subsistência. (BRIOSCHI, 1991, p.2).

A primeira onda de migrantes para Goiás aconteceu após as notícias da descoberta de jazidas auríferas. Em princípio tinham a intenção de explorar, devido à facilidade de riqueza obtida pela mineração do ouro nas rochas e, sobretudo, nos leitos dos córregos e rios. Desta forma, os primeiros entrantes se estabeleciam em determinada localidade aurífera e, em seguida, reivindicava o direito de posse a títulos de sesmarias. Além das minas, nestas localidades, constituíram-se os primeiros sítios e fazendas que tinham a finalidade de abastecer de gêneros alimentícios as regiões mineradoras. Nas proximidades das minas, também emergiram os primeiros povoados e arraiais que logo se tornaram vilas e cidades. Estes primeiros migrantes, possivelmente, eram na sua maioria paulistas insaciáveis por ouro e pelas demais possibilidades de riquezas que o valioso metal poderia oferecer:

[...] esses pioneiros do processo de ocupação desenvolviam suas atividades agropastoris à moda dos bandeirantes: plantação de pequenas roças que em princípio deram lugar aos primeiros pousos que em seus primórdios deveriam ser simples ranchos, à margem das estradas e minas (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

Com a crise na produção aurífera, após o último quartel do século XVIII, conforme Brioschi (1991), ao longo do caminho para Goiás, de forma gradativa, iniciou-se um crescimento significativo de mineiros que, oriundos do sul de Minas Gerais, foram se estabelecendo de forma progressiva e ocupando as terras inexploradas do oeste paulista e sul de Goiás (incluindo o Triângulo Mineiro, que era território goiano até 1816). As terras da região de Santa Cruz estavam localizadas no chamado caminho do ouro.

Nesta época, o sonho do Eldorado parecia falar mais forte do que a realidade, pois, embora já houvesse a possibilidade de identificar o território de forma mais precisa, com o auxílio da cartografia, algumas histórias de achados como a do ouro

do Morro Clemente, nas mediações de Santa Cruz, podem revelar esta força mítica. Sobre esta questão Alves diz:

Dias da Silva acreditava ser inverossímil ouro em montanha, de morro, nunca! Até que concordou na verificação e atendimento do que, com tanta insistência e ênfase o Sr. Clemente afirmava. Confirmada a veracidade, chegou-se à conclusão de que realmente existia a montanha toda de ouro, junto e ao lado do futuro arraial de Santa Cruz. Foi-lhe dado o nome de morro do Clemente. (ALVES, 1983, p. 11).

O morro do Clemente ainda existe até os dias atuais em Santa Cruz, porém ainda continua a dúvida entre os habitantes, se a possibilidade de ouro com tanta exuberância, de fato existiu, ou se foi apenas mais um mito. Sem sombra de dúvidas, os mitos e sonhos de grandes riquezas foram a força motriz para a expansão e, posteriormente, para a urbanização do território goiano.

Mais especificamente sobre as origens de Santa Cruz, Paraguassu (2014), apresenta um documento que diz ser Santa Cruz em 1729:

Perto da cidade fica o morro do Clemente, muito elevado e encerra grandes riquezas. A cidade tem poucas ruas, muitas casas e duas igrejas: sendo uma dedicada a N. S. da Conceição e a outra a N. S. do Rosário; as casas de conselho e cadeia são pequenas; a cidade é bem suprimida d'agua que se distribue pela maior parte das habitações; o terreno é argiloso e vermelho; não é doentio; junto a cidade fica o córrego do Açude; o ribeirão Brumado fica a uma légua distante e o rio Corumbá a 4 léguas. Há neste distrito água neste distrito águas thermaes.

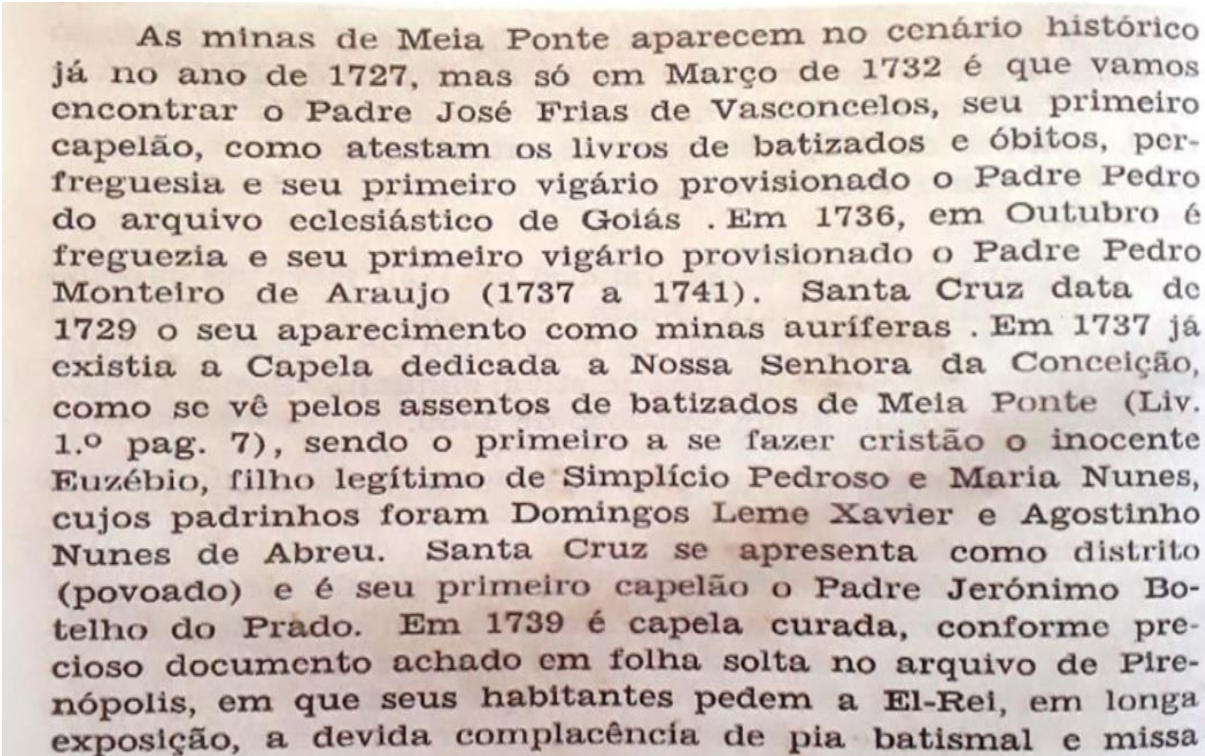
O território aurífero em que está assentada a cidade, foi descoberto em 1729 por Manoel Dias da Silva que o marcou cima uma Cruz de madeira em que gerou as seguintes palavras: "Viva el-rei de Portugal" e recolheu-se a sua terra com o ouro que havia estranhado em pouco tempo.

No ano seguinte muitos aventureiros formaram uma povoação junto àquela cruz e três anos depois foi ahicreada uma intendência, incumbida da arrecadação do quinto. A igreja que tem por padroeira N. S. da Conceição é uma das antigas de Goyaz e foi elevada à parochia por alvará de 21 de novembro de 1759. Em torno da cidade vê-se um canal que havia sido começado para conduzir água de um alto que fica a 9 léguas de distância para a mineração do morro do Clemente; mas tendo fallecido o alferes Pedro Rodrigues de Moraes que estava incumbido deste importante trabalho, ficou tudo paralyzado. Apesar de se achar a parochia de S. Cruz muito decahida do seu primitivo esplendor, foi elevada à Villa pela resolução do concelho do governo de 1 de abril de 1833, installada a 8 de dezembro do mesmo anno.

Pella Lei providencial nº 735 de 29 de agosto de 1884 foi elevada a categoria de cidade. (PARAGUASSU, 2014, p. 57 e 58).

Saint Hilaire (1975) afirma que Santa Cruz foi fundada em 27 de agosto de 1729, quando o bandeirante Manoel Dias da Silva se hospedou em um lugar em que se encontrava feliz pelo fato de ter encontrado bastante ouro. Por esta razão, decidiu agradecer a Deus e fincar ali mesmo o marco do início de um povoado, uma cruz "com a seguinte inscrição: Viva o Rei de Portugal". (HILAIRE, 1975, p. 117). Logo em seguida afirmou que aquele seria o futuro arraial de Santa Cruz. A elevação da

cruz passaria a dar, portanto, uma identidade àquele lugar e também atenderia as exigências da Coroa segundo o Regimento de 1722, que veio com Bartolomeu Bueno da Silva. “O Arraial de Santa Cruz de Goiás, ou simplesmente Santa Cruz, situado a 17° 54’ de latitude sul, é um dos mais antigos povoados da província.” (HILAIRE, 1975, p. 117).



As minas de Meia Ponte aparecem no cenário histórico já no ano de 1727, mas só em Março de 1732 é que vamos encontrar o Padre José Frias de Vasconcelos, seu primeiro capelão, como atestam os livros de batizados e óbitos, paróquia e seu primeiro vigário provisionado o Padre Pedro do arquivo eclesiástico de Goiás. Em 1736, em Outubro é paróquia e seu primeiro vigário provisionado o Padre Pedro Monteiro de Araujo (1737 a 1741). Santa Cruz data de 1729 o seu aparecimento como minas auríferas. Em 1737 já existia a Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, como se vê pelos assentos de batizados de Meia Ponte (Liv. 1.º pag. 7), sendo o primeiro a se fazer cristão o inocente Euzébio, filho legítimo de Simplício Pedroso e Maria Nunes, cujos padrinhos foram Domingos Leme Xavier e Agostinho Nunes de Abreu. Santa Cruz se apresenta como distrito (povoado) e é seu primeiro capelão o Padre Jerônimo Botelho do Prado. Em 1739 é capela curada, conforme precioso documento achado em folha solta no arquivo de Pirenópolis, em que seus habitantes pedem a El-Rei, em longa exposição, a devida complacência de pia batismal e missa

Figura 4 - Documento sobre a fundação do Arraial de Santa Cruz; PARAGUASSU, 2014, p.

40

De acordo com o documento acima (figura 4), podemos perceber o papel e a participação da Igreja no processo de ocupação do território colonial, além da preocupação da Coroa e da clerezia em manter a presença por meio da estruturação eclesiástica e do domínio dos fiéis a serviço da Igreja e da Coroa, tendo em vista que a região onde foi instalada o arraial de Santa Cruz era propícia tanto em minério, quanto pela extensão do espaço geográfico. Tudo isso contribuiu para que houvesse interesse por parte dos colonizadores em ocupar e, posteriormente, iniciar, de acordo com seu tempo, a legalização do território e a expansão do domínio da Coroa.

2.2.1. A Organização do espaço funcional de Santa Cruz

De acordo com Boaventura (2007), a organização espacial de vários arraiais setecentistas, mineiros e goianos, relaciona-se a um conjunto de práticas de formação de cidades, resultantes de diversas experiências portuguesas que se sucederam ao longo do período colonial. Uma dessas práticas se caracteriza pela presença de um eixo que conectava dois rossios, sendo ainda cortado por transversais. Esse sistema pode ser encontrado no Centro Histórico de Santa Cruz, conforme se observa no texto de BOAVENTURA (2007, p. 210).

Um outro arraial que também apresenta a tenência à linearidade como forma de organização espacial é o de Santa Cruz. Fundado próximo à estrada que ligava Goiás a São Paulo, é um dos mais antigos povoados da Capitania e, por muito tempo, foi passagem de tropeiros que por ali deixavam o dinheiro, vitalizando e movimentando a vida do lugar. [...] basicamente as três ruas implantadas sob uma plataforma alongada e de cotas mais altas que as do córrego Vermelho. Dispostas transversalmente a esse curso d'água e, conseqüentemente, paralelas ao caminho de Vila Boa, essas ruas foram ladeadas por quarteirões que definiam becos perpendiculares entre si, apresentando uma malha bastante regular, se comparadas aos demais arraiais goianos. (BOAVENTURA, 2007, p. 210).

Associado a este sistema bipolar, junto à concepção de cidades encontrava-se também a intenção de certa regularidade, típica do urbanismo português que buscava alcançar para além de topografias irregulares. Tal condição pode ser expressa nas palavras do francês Saint-Hilaire, ao fazer referência da região de Santa Cruz, nas últimas décadas do século XVIII:

Este se compõe de duas ruas largas e bem traçadas, que se estendem paralelamente ao córrego. As casas são pequenas e mal conservadas [...]. há duas igrejas em Santa Cruz, a paroquial, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e uma capelinha semiarruinada, consagrada a N. S. do Rosário. (HELAIRES, 1975, p. 118).

A referida autora ainda comenta que, complementando este sistema bipolar, deve-se acrescentar a importância do papel da arquitetura religiosa. Nos polos ou largos, localizados nas extremidades do eixo, erguiam-se estes edifícios que não só marcavam a paisagem do lugar, como também ajudavam na definição do traçado das ruas e na implantação, dos demais edifícios, como o casario.

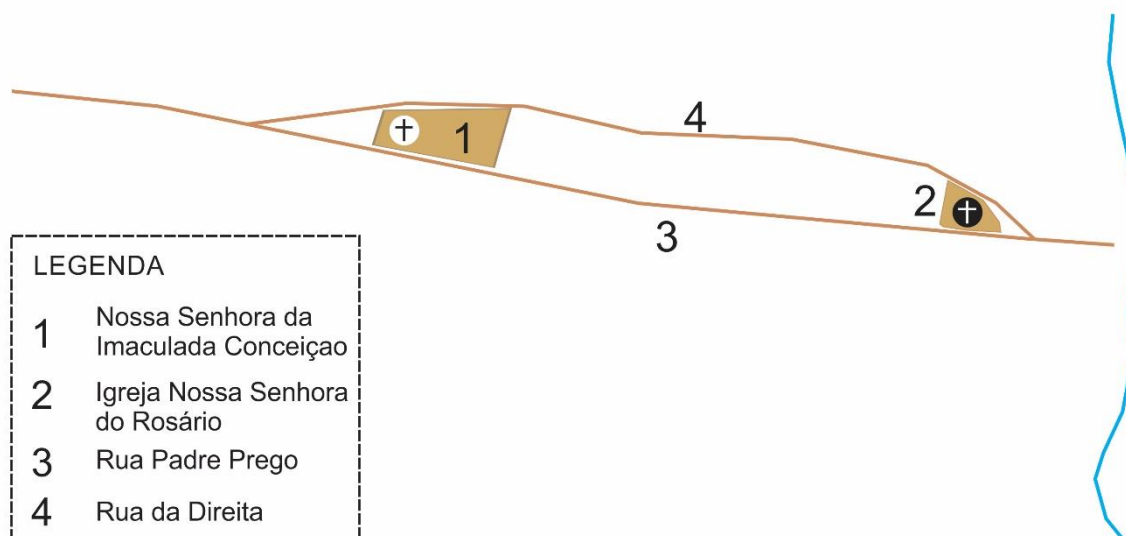


Figura 5 - Formato do arraial Santa Cruz – fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga

As paisagens dos povoados de Goiás foram fortemente marcadas pela existência das igrejas, as quais foram mencionadas pelos viajantes europeus em suas jornadas pela capitania de Goiás. Conforme os relatos de Phol (1976), em todos os povoados da capitania Goiana haviam igrejas construídas, ocupando um espaço de destaque, atendendo à lógica da prerrogativa para estruturação física das cidades, ou seja, a organização espacial, suas formas de ordenação, a rua e os espaços. Lugares esses que, ao longo dos anos, vão sofrendo transformações em função do aumento populacional e urbanização dos ambientes.

Conforme observa-se na figura 5, a paisagem revela o casario construído, onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade e do outro lado, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esse desenho retrata o formato arquitetônico, desde o início do Arraial de Santa Cruz. O mesmo retrata uma paisagem que mesmo tendo passado por transformações ao longo do século XVIII e XIX, ainda contribui para reavivar a nossa memória, no propósito de percebermos que a estrutura física das povoações mantém o padrão do início da fundação do Arraial. Mostra também como a arquitetura religiosa assumiu um importante papel na formação dos arraiais, definindo o traçado das ruas.



Figura 6 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com alteração em sua fachada – século XIX; Fonte: Arquivo do Museu de Santa Cruz

Além das contribuições da arquitetura religiosa, há de se destacar que a Igreja também contribuiu com o processo de ocupação do território colonial. Para tanto, ela se organizava na colônia como um todo em Bispados e Prelazias e, nas capitanias, o espaço eclesiástico era organizado em Paróquias ou Freguesias e estas erguiam os edifícios religiosos que eram as matrizes, as capelas e ermidas. Em âmbito local, o território era pensado a partir das paróquias ou freguesias, que era uma forma de reconhecimento dos arraiais por parte do Estado e da Igreja. Uma vez que uma das capelas de algum dos arraiais fosse elevada à Matriz, ela iria atender aos vários povoados que não tinham esse templo. Tal condição era costumeiramente solicitada e por vezes atendida como se pode observar neste documento: [sic] “ordeno-lhes colar as igrejas de algumas freguesias, o que deve ser por muitos princípios convenientes ao bem das almas, [...]” (PEREIRA, Op. cit., p. 39).

A participação da Igreja contribuiu, de certa forma, para facilitar a concretização do projeto de expansão territorial da metrópole portuguesa, somando-se com a organização administrativa e política que visava o controle das ações de desbravamento do território, tendo em vista que o desejo da Coroa era a expansão de seus domínios, ocupação e legitimação territorial.

2.3. A Consolidação do Arraial de Santa Cruz: entre a formação de uma Paróquia e de um Julgado

Na capitania de Goiás, para Boaventura (2007), à medida que iam crescendo a quantidade de arraiais, iam sendo criadas novas paróquias paralelamente ao crescimento e formação dos povoados, durante todo o século XVIII. Santa Cruz é um dos arraiais em destaque, devido à importância de sua localização e fluxo de extração e/ou comercialização, como pode se observar nas palavras de Saint Hilaire (1975, p. 103):

[...] esse arraial é um dos poucos que tiveram a sorte de contar com a presença do ouro em suas terras. Foi construído numa planície que termina no Rio Vermelho e é um pouco menos elevada que a região que se estende até Meia-Ponte.

Assim como os demais arraiais e de acordo com Alves (1983), em 23 de setembro de 1759 ela tornou-se Paróquia e, por denominação de Carta régia, foi criado o Julgado de Santa Cruz, quando já havia sido produzida e desmembrada a Capitania de Goiás da Capitania de São Paulo. A paróquia de Santa Cruz estava vinculada à matriz de Vila Boa de Goiás. Conforme documento de (1734-1824), do IPHBC:

[...] os moradores do Arrayal de Santa Cruz, e os mais da estrada e do caminho de povoado principiando do sitio chamado das Antas inclusive, ate o Rio Chamado Rio Grande, Freguezes estes obrigados a matris de Santa Anna dos Goyazes, e aquelles também Freguezes estes obrigados a matris de Nossa Senhora do Rozario da Maya ponte que huns, e outros se achão distantes da suas Freguezias a saber os Freguezes da Meyapontesecentalegoas, e os Freguezes de Santa Anna muito mais de cem Legoas. [sic] (IPHBC, apud BOAVENTURA, 2007, p. 147).

Conforme afirma Boaventura (2007), eram duas as formas de institucionalização ou reconhecimento de um lugar: “colocando as capelas, confirmando a nomeação de um padre sustentado pelo Estado português [...], ou capelas de natureza eclesiástica, com párocos nomeados *ad tempus* por ordem dos bispos [...]”, (p. 148). Segundo a autora, a igreja não se preocupava apenas com as atividades relacionadas às festas religiosas e aos cultos, mas também na execução de outras diversas funções em nome do Estado. Sendo que por intermédio das obrigações religiosas, como por exemplo, recebimento do dízimo, o governo português se fazia presente.

Mas Santa Cruz de Goiás não se tornou importante apenas por ser uma paróquia. Conforme afirma Alencastre (1979, p. 216), foi em 1770 que “pela

primeira vez, foram marcados os limites dos primeiros julgados da então Capitania de Goiás”. Esses julgados, na época representavam circunscrições que hoje correspondem, grosso modo, à comarca do poder judiciário. Segundo Gomes:

Em cada julgado, o arraial mais importante, ou a vila, era chamado de “cabeça de Julgado”, ou o que seria hoje, a sede da comarca. Os arraiais menores, como que termos judiciários, estavam a ela subordinados juridicamente. (GOMES, 2004, p. 91).

O objetivo desses julgados era evitar ou conter os conflitos que surgiam pelo fato de não haver delimitação precisa dos foros da jurisdição para atuação dos juízes.

Santa Cruz, no auge do período aurífero, contribuiu de forma significativa na exploração das minas e também adquiriu certa expressividade com relação ao quantitativo populacional devido ao fato de ter sido “cabeça de julgado”. Havia critérios utilizados para fixar o limite dos julgados, um deles era o da expressividade populacional e econômica.

Com base nesse critério é que foram então fixados os limites dos julgados da Villa Boa (Cidade de Goiás), Crixás, Pilar, Santa Luzia (Luziânia), Meya-Ponte (Pirenópolis), Santa Cruz, Rio das Velhas (no Triângulo Mineiro) e Natividade. (GOMES, 2004, p. 94).

Santa Cruz tornou-se julgado em 1809, período em que os julgados da Capitania foram divididos em duas comarcas, tendo como referência a região Sul e a Norte, conforme nos mostra Paraguassu:

O julgado (Território de Santa Cruz) pertencia à Comarca do Sul, com sede em Vila Boa, cujo nome era Comarca de Goiás, composta por mais cinco julgados além de Santa Cruz: Vila Boa, Crixás, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia. A Comarca do Norte compreendia oito julgados: Natividade, Porto Real, Flores, Traíras, Calvalcanti, São Felix, Conceição, Arraias. (PARAGUASSU, 2014, p. 31).

Alguns desses julgados praticamente desapareceram, como é o caso de Trayras e São Félix; outros permanecem com resquícios dos sítios urbanos históricos, na sua maioria em ruínas. Santa Cruz era um julgado considerável para a época pela extensão de terras que comportava e o expressivo movimento em atividade econômica, tal como aponta Alves (1983, p.14):

[...] no julgado da paróquia Santa Cruz: 816 roças, 19 engenhos de açúcar, 387 tecelagens, 15 oleiros, 22 fabricantes de telhas, 22 alfaiates, 24 sapateiros, 2 marceneiros, 2 pedreiros, 16 serralheiros, 8 ourives, 12 lojas e 31 cabarés. Existiam, ainda, 387 teares particulares, de madeira em bruto, e nesses fabricava-se o pano de algodão grosso com que vestiam os escravos.

Conforme se observa, em Santa Cruz existia abundante movimentação produtiva e comercial, este fato contribuiu para que nesta época, o arraial se destacasse economicamente, com significativa representação na capitania de Goiás.

2.4. O Século XIX e a Formação de uma Vila

Para a realidade da Capitania de Goiás, Santa Cruz era considerada uma região que merecia atenção por parte dos administradores, devido à lucratividade que vinha apresentando, porém, as pessoas vindas dos comandos das regiões litorâneas e em especial os viajantes que visitavam as capitanias a serviço da Coroa, tinham uma visão completamente diferente ao passar por Santa Cruz, como por exemplo, podemos citar o botânico austríaco Johann Emanuel Pohl, que estava a serviço da Coroa no Brasil. Segundo a visão de Pohl (1951), ao passar por Santa Cruz em 1819, o arraial era um dos mais pobres da Capitania de Goiás, afirma que havia apenas duas ruas, duas igrejas, sendo que uma delas estava em decadência.

Observa - se a população mínima devido à diminuição da cata de ouro, a qual ele justifica como uma das causas a abertura da nova estrada. Quem vinha e olhava de fora tinha esta visão de Santa Cruz, porém, para a realidade local, era considerado um arraial de significância mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas. Na segunda década do século XIX, a exploração aurífera continuava em declínio, na movimentação comercial também registrou-se queda brusca e gradativa, em função da abertura de uma nova estrada que ligava o Porto de Corumbá a Bonfim, praticamente eliminando o trânsito de tropas de burros, que viajavam de São Paulo para Goiás passando por Santa Cruz. O que contribuiu para o não desaparecimento por completo da produção e do comércio foi exatamente a fertilidade das terras.

Vimos que nas primeiras décadas do século XIX muitos dos antigos arraiais do ouro não resistiram ao tempo, desapareceram praticamente do mapa, outros se encontravam em completo abandono e em ruínas. Antas e Tesouras são exemplos que podemos citar, não se ouve mais falar desses lugares, literalmente sumiram no espaço. No entanto, Santa Cruz resistiu a todos os desafios impostos pela realidade, buscou alternativas de geração de renda e, em 1º de abril de 1833, o arraial foi elevado à categoria de Vila, sendo instalado somente em oito de dezembro do

mesmo ano. “O Arraial de Santa Cruz promete aumento pela contínua entrada de emigrantes de Minas Gerais.” (MATOS, 2004, p. 115).

Seu território constituía, desde o século XVIII, todo o sul de Goiás, do Rio dos Bois à divisa de Minas Gerais. Somando-se ao vasto território de Santa Cruz, observa-se no século XIX a crescente necessidade de desenvolvimento do comércio. Essa necessidade levou os colonizadores a pensar e criar espaços urbanos propícios ao desenvolvimento do setor.

O fato do espaço territorial de Santa Cruz ser considerado extenso, dificultava manter a ordem e segurança, por isso, justifica a necessidade de manutenção das tropas e dos quartéis na região. Mesmo assim, ainda aconteciam as invasões de grupos indígenas caiapós nas lavouras e nas regiões de cata de ouro. Conforme Paraguassu:

Foi criado por decreto o Comando Superior da Guarda Nacional em Santa Cruz, ano de 1882. Quando criado o Regimento de Cavalaria Auxiliar, composto de doze companhias, ficaram sediadas em Santa Cruz a Companhia de Infantaria Miliciana; três esquadrilhas de Henrique; uma Companhia de Ordenança e a Décima Segunda Companhia Auxiliar de Cavalaria. (PARAGUASSU, 2014, p. 33).

Diversas medidas de segurança eram tomadas nos arraiais com o objetivo de evitar invasão indígena e de aventureiros, nas minas. Durante o período de formação dos povoados houve também, a consolidação da capitania de Goiás, criação de Paróquia e de julgados. Outro marco importante nas regiões auríferas, que prosperavam foi a construção da Casa de Câmaras e Cadeias e, também, Quartéis, com o objetivo de combater os possíveis ataques indígenas e evitar desvio do minério que deveria ir para os cofres da Coroa. Horieste nos diz que:

Por questões óbvias, os presídios (postos militares) e os registros (postos fiscais) localizavam-se em pontos estratégicos ao longo dos rios importantes – Araguaia, Tocantins, Paranaíba, São Marcos -, bem como em pontos de passagem e travessia o longo das fronteiras, sobretudo nos sopés da Serra Geral de Goiás. [...]. Não são muitas as cidades goiano-tocantinenses que surgiram a partir desses estabelecimentos oficiais. (HORIESTE, 2004, p. 89).

Em meados do século XIX, já faziam referência ao presídio (posto militar) de Santa Cruz, conforme descrição no relatório dos Governos da Província de Goiás, de 1854-1856:

De Pilar ao presídio de Santa Cruz são 48 léguas, sendo 13 ao de S. Barbara, 15 d’este ao de S. Antonio e 20 d’este ao de S. Cruz. Os quasi extintos arraiais de Amaro Leite e de Nossa Senhora da Piedade do

Descoberto ficção na estrada, o 1º 11 leguas além de S. Barbara, [...] e 9aquem de S. Cruz. [sic] (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 250- 251).

De acordo com esses relatórios, em Memórias Goianas (1997), o presídio de Santa Cruz possuía uma população de 48 pessoas com 24 praças, perdendo apenas para Santo Antônio, que era de 60 indivíduos e 20 praças.

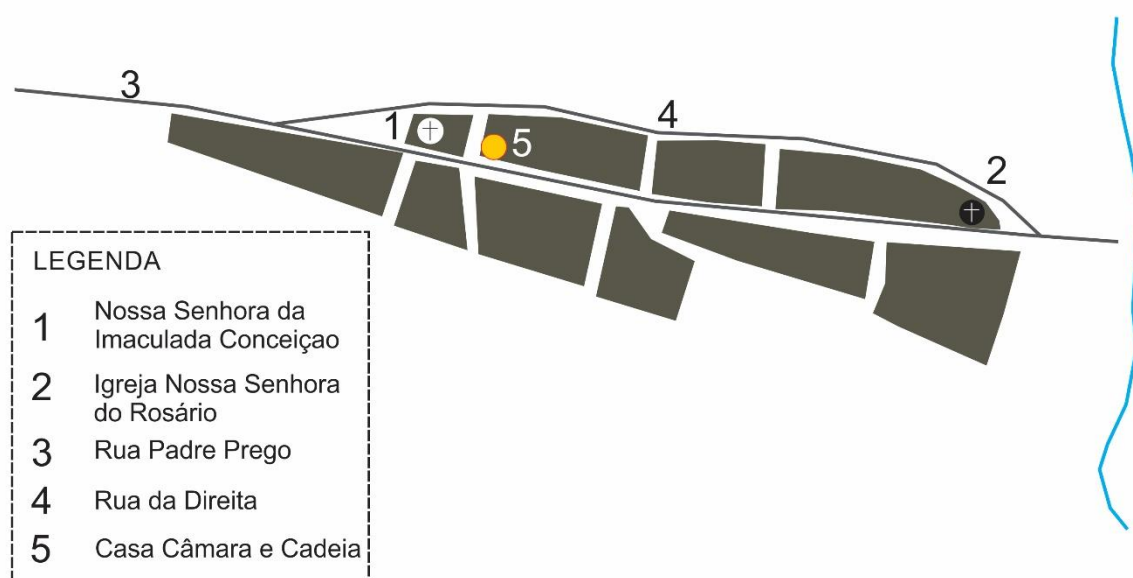


Figura 7 - Formato da Vila Santa Cruz – fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga



Figura 8 - Foto atual do Antigo Quartel – Século XIX; Arquivo pessoal de Jurema Moreira

Santa Cruz, segundo o autor foi um dos arraiais em que o presídio (figura: 8) não só foi construído, mas, durante a fase ativa da mineração, no século XIX e início

do século XX, atendia ocorrências de Santa Cruz e das regiões vizinhas. Um relatório apresentado por Alencastre, em 1861, à Assembleia Provincial, descreve como era desenvolvido o serviço na criação de gado e no presídio de Santa Cruz:

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na Sessão ordinária de 1861, pelo presidente da província José M.P. de Alencastre. Rio de Janeiro Tipografia Imperial e Constitucional [...] (1861-1865).

Arquivo Casa de Câmara e Cadeia – Santa Cruz de Goiás (impresso).

Está situado a 83 léguas da capital, 10 ao norte do Descoberto, na margem do Canabrava, um carpinteiro e um ferreiro contratados, e uma população de 68 pessoas.

Além do serviço da lavoura dedicão-se os povoadores de Santa Cruz ali no seguinte pé:

Gado vacum: da guarnição, 161 cabeças; dos particulares, 17 cabeças.

Gado suíno: 45 cabeças. (*apud* ATAÍDES, 2001, p. 275-276).

Instituir a Vila significava também tomar providências para a construção da Casa de Câmara e cadeia em Santa Cruz. A conclusão da construção da Casa de Câmara e Cadeia, segundo Paraguassu (2014) se deu por volta de 1880.



Figura 9 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, do século XX. Arquivo do Museu de Santa Cruz 2019



Figura 10 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje funciona o Museu; fonte: arquivo particular: Jurema da R. Moreira

É possível notar que a Casa de Câmara e Cadeia, conforme nos mostra a figura:10 (foto da atual Casa de Câmara e Cadeia), eram locais que contribuíam com a segurança e representavam certa hegemonia e poder da Vila sobre as demais. De acordo com Almeida:

Os presídios formavam uma linha de segurança: o de Santa Bárbara e o de Santo Antônio impediam o avanço dos indígenas sobre o sertão de Amaro Leite e protegiam a Estrada de Pilar a Porto Imperial, enquanto o de Santa Cruz defenderia a estrada pelo norte do sertão, e o rio Canabrava, que acumulava, além da defesa, a função de entreposto comercial. (ALMEIDA, 2016, p. 93).

A presença dos quartéis e da Casa de Câmara e Cadeia, nas Vilas, proporcionava mais segurança aos colonos para morar, catar ouro, plantar e criar gado na região, pois anteriormente diversas famílias teriam sido afastadas da região por conta de ataques indígenas.

2.5. De Vila à Cidade: As transformações administrativas e territoriais

As mudanças nas cidades foram comuns nos séculos XIX e XX, o desenvolvimento urbano foi inevitável diante do crescimento econômico eminente. No Sudeste de Goiás, o povoamento regular se deu na primeira metade no século XIX. Segundo Gomes (2005), “o fluxo migratório de Goiás-Tocantins desde meados do século XIX, intensificados até metade do século XX, foi o mais importante fator de povoamento e, sobretudo, de urbanização dos dois estados” (p. 71). No século XIX, as mudanças no cenário econômico também foram intensificadas e influenciaram o desenvolvimento das cidades goianas.

Para Oliveira (2001), a introdução da modernização no país iniciou seu prenúncio no século XIX, ele também pontua que cada região teve seu desenvolvimento diferente, de acordo com suas peculiaridades, especialmente Goiás, ainda acostumado com o ritmo da mineração. Conforme afirma Estevam (2004): O século XIX, “compartimentou um rico momento de transição entre o arcaísmo colonial e as transformações modernas.” (ESTEVAM, 2004, p. 18). No tocante ao desenvolvimento urbano, isso vai fazer sentido em todas as áreas. Ou seja, o século trouxe mudanças intensas e um início de desenvolvimento para a Capitania de Goiás, mesmo que lento, com relação a outras regiões do País. “O processo na província ainda caracterizava-se pela demorada acomodação demográfica ao longo do século XIX”. (ESTEVAM, 2004, p. 71).

Goiás foi tomado por Arraiais no século XIX que se originaram da corrida do ouro, embora alguns tenham desaparecido, outros resistiram e se tornaram cidades da Província, como é o caso de Santa Cruz, elevada à cidade, em 1884, obedecendo aos critérios da época. Para Saint-Hilaire:

O Arraial de Santa Cruz foi elevada a cidade [...]. É evidente que quando se pretendeu criar uma nova comarca entre a de Goiás e a fronteira meridional da província, não havia melhor escolha para sua sede a não ser Santa Cruz. (HILAIRE, 1975, p. 117).

Em 1884, Santa Cruz, se comparada com as demais cidades da Capitania, se destacava o suficiente para ser elevada a cidade e sede de uma comarca, conforme o artigo nº 47 (figura: 11), de 28 de agosto de 1884, que eleva Santa Cruz à categoria de Cidade. Estabelece também seus devidos limites territoriais.

A extração e autographos N.º 47
 Redacção do projecto n.º do anteprojeto
 em 3.ª discussão.

A. Assembléa Provincial
 de Goiás

Resolve.

Artigo unico = fica elevada a ca-
 thegoria de cidade = a Villa de
 Santa Cruz, com as mesmas denomina-
 ções e limites, observadas as
 disposições contidas no Resolu-
 ção n.º 517 de 7 de Julho de 1884; e
 rogadas as disposições em con-
 sideração. Sala das Com-
 missões, 28 de Agosto de 1884.

João Gonçalves de Siqueira
 Ignacillo de Bulhões
 Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim

(Cartão - 29 de ag. 84.
 H. B. cont.
 1.º. (J.
 2.º. (L. S. M.))

Regatarda Jardim

Figura 11 - Artigo nº 47 eleva Santa Cruz à categoria de Cidade e estabelece seus limites geográficos; Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG

Para Gomes (2004), o início das cidades se deu por meio dos caminhos, pelo fato dos mesmos abrirem passagem para o trânsito de homens e de toda a bagagem que levavam com eles até o local da mineração que até então era a referência geográfica das regiões.

Realmente a motivação inicial foi ela, mas o principal fator do povoamento e, conseqüentemente, de urbanização, foi, e provavelmente ainda é hoje, a atividade agropastoril. Antes, eram famílias que buscavam ouro e, depois, terras para lavar e criar de forma tradicional; hoje é a agricultura moderna que atrai pessoas de fora para assentar propriedades ricas em tecnologia e mão-de-obra especializada. (GOMES, 2004, p. 64).

Quase todas as atividades econômicas que deram origem à formação das cidades tinham relação com a atividade agropastoril, sendo que esta propiciou a sustentação para o crescimento econômico e, conseqüentemente a formação das cidades em Goiás, se tornando mais atividade econômica sustentável.

As características da formação das cidades goianas, com poucas exceções se configuraram para o mesmo objetivo e apresentavam geralmente os mesmos atributos e estruturas arquitetônicas.

Santa Cruz, como cidade sofreu algumas mudanças. Até por volta de 1875, Santa Cruz tinha uma área imensa e, por um determinado tempo, dominou todo Sudoeste e parte do Sul de Goiás que se dividia em quatro comarcas, a saber: Santa Cruz, Cavalcanti, Goiás e Palmas, conforme podemos observar no Mapa abaixo, figura: 12.

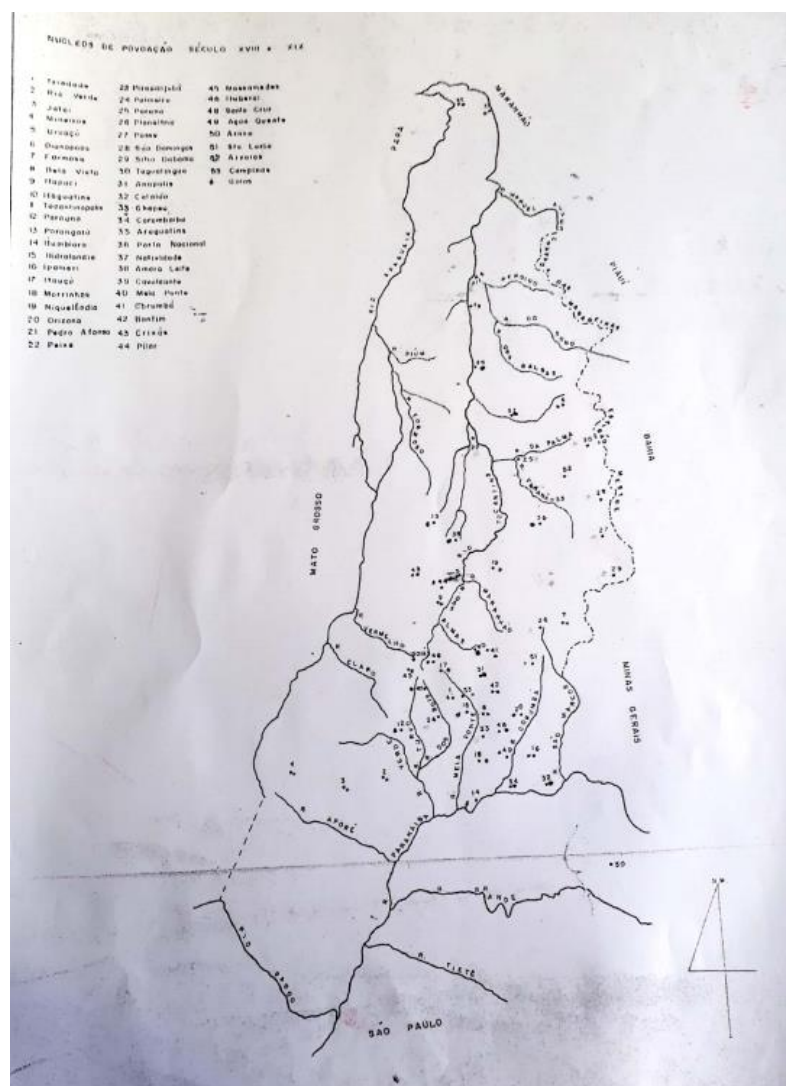


Figura 12 - Mapa dos limites de Santa Cruz, séculos XVIII e XIX; Fonte: Arquivo Histórico do Estado de Goiás – AHEG

Com o passar do tempo, os povoados que pertenciam à Santa Cruz, cresceram e se tornaram independentes como os municípios de Campo Formoso, hoje Orizona; Vila Bela de Morrinhos; Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara; Caldas Novas, Pouso Alto, que depois passou a se chamar Piracanjuba; Catalão e, por último, o município de Bonfim, que também teve seu nome mudado para Silvânia. Essas são, portanto, cidades que têm raízes santacruzanas. Paraguassú e Curado (2014) destacam que:

Santa Cruz de Goiás é a veneranda dama do sul goiano, a cidade-mãe de dezenas de outras, que compreendia seu grande território, a partir dos anos de 1729, os espaços que atualmente fazem parte as cidades de Morrinhos, Piracanjuba, Itumbiara, Caldas Novas, Marzagão, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Panamá, Pontalina, Mairipotaba, Cachoeira Dourada, Porteirão, Inaciolândia, Professor Jamil, Água Limpa, Cromínia, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis, Bom Jesus, além de outras. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX. (PARAGUASSÚ; CURADO, 2014, p.194).

Para eles o desmembramento do território de Santa Cruz, como também algumas questões políticas, fez com que a cidade perdesse grande parte de sua influência. Segundo Alves (1983), abrigava engenhos de açúcar, tecelagens, oleiros, fabricantes de telhas, alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ourives, lojas, cabarés, entre outros. Porém, nas últimas décadas do século XIX, perdeu grande parte da área territorial, para os povoados que foram desenvolvendo e emancipando política e territorialmente falando, conforme observamos no documento abaixo figura:13 e 14, de 1875, estabelecendo os novos limites de Santa Cruz.

Resolução n.º 553 de 7 de Agosto de 1875.

Autorizada a Presidência da
 ratificar os antigos limites
 entre os Municípios
 de S. Cruz e S. Lúcia.

Antes do Excmo. Sr. D. Assis, Presi-
 dente da Província de Goiás;
 Para saber a todos os seus habitantes
 que a Assembleia Legislativa
 Provincial resolveu e deu por con-
 cerni a resolução seguinte:

Artigo único. O Presidente
 da Província fica autorizado
 a ratificar os antigos limites
 entre os Municípios de Santa
 Cruz e Santa Lúcia, de modo
 que fiquem claros e excludas
 qualquer dúvida, ressalvadas as
 disposições em contrário.

Mas, por tanto, a todas as
 autoridades a quem o conheci-
 mento e execução desta resolu-
 ção pertencer, que a cumpram e fa-
 çam cumprir tão inteiramente
 como nella se contém. O Secre-
 tario desta Província a faça
 imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo de Goiás
 aos nove de Agosto de mil
 oitocentos e setenta e cinco,
 quingentassimo quarto da Im.

Figura 13 - Resolução nº 553, novos limites de Santa Cruz, 1875; Arquivo Histórico do Estado de Goiás

Independência do Imperio.
Antônio Carlos de Albuquerque

Carta de Lei, n.º 553, de 1875, que
 manda publicar a resolução
 da Assembleia Legislativa
 Provincial, autorizando a
 Prefeitura a ratificar os antigos
 limites entre os Municipios
 de S. Cruz e S. Lucia como acima
 se declara. Para P. A. v.º.

Lida e publicada nesta Secretaria
 do Governo da Provincia de Goiás nas
 nove de agosto de mil oitocentos setenta
 e cinco.

O Secretario
 Antonio Nunes de Almeida

José Pinheiro de Moraes Jardim a fer.

Figura 14 - Resolução nº 553, novos limites de Santa Cruz, 1875; Arquivo Histórico do Estado de Goiás

Embora, no auge da extração aurífera, Santa Cruz situava-se no centro do “caminho do ouro”, após emancipação política e territorial de diversos povoados e a construção de novas estradas; novos caminhos foram surgindo, sendo este um dos motivos que afastou os viajantes de Santa Cruz e, conseqüentemente, diminuiu a atração de novos moradores para a região.

No processo de ocupação econômica das terras do sul de Goiás e construção da riqueza da região, a importância da antiga e histórica Santa Cruz de Goiás ganha relevo. A cidade com grande e vital desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX estiolou-se no século XX por conta do abandono que sofreu dos eixos econômicos então vigentes. Viveu a “febre” e a “prostração” conforme assinalou Bernardo Élis. (PARAGUASSU, 2014, p.23).

No início do século XX, com o anúncio da estrada de ferro que margeava o Rio Corumbá, notava-se que a mesma, ficou distante da cidade de Santa Cruz, cerca de 24 km. Na tentativa de minimizar esse problema, um fazendeiro do município resolveu doar um terreno para a construção da estação ferroviária, o que resultou na criação da cidade de Pires do Rio, fato que atraiu novos habitantes como agricultores, lavradores, entre outros. Vale lembrar que a estrada de ferro foi uma alternativa encontrada após diversas discussões. A outra possibilidade para Goiás foi a de escoar a produção via fluvial, por perceberem que existia essa probabilidade, diante da potencialidade de navegação e expansão naval através dos rios Araguaia e Tocantins.

Governadores de Províncias e viajantes sempre chamaram atenção das autoridades para o potencial das vias fluviais em Goiás. Poul já destacara a importância das rotas de navegação numa possível ligação entre Goiás e Pará, através do Rio Maranhão. Todos eram unânimes em pedir maiores investimentos para o desenvolvimento das vias fluviais, entretanto que estas eram capazes de proporcionar a Goiás uma dinâmica comercial coerente com suas potencialidades econômicas. (CHAUL, 1997, p. 47).

É possível perceber que no final do século XIX havia uma ideia fixa por parte dos administradores da província de Goiás, que a navegação era a saída mais adequada, em detrimento à estrada de ferro, para a continuação do desenvolvimento econômico da Província e, por isso, não é difícil compreender a relutância, posteriormente, dos grupos políticos voltados para o desenvolvimento das cidades interioranas, em aceitar inteiramente os projetos ferroviários. Embora significasse fator de desenvolvimento, de progresso e prosperidades, a chegada da ferrovia encontrou em Goiás estruturas políticas, econômicas e sociais obsoletas e, por isso “teve de esperar mais de meio século para atravessar o Paranaíba e chegar a Goiânia, num percurso de pouco mais de 300 quilômetros”. (GOMES, 2004, p. 61).

Era evidente a queda na economia, no final do século XIX, porém a justificativa para os problemas de Santa Cruz era o fato de que a cidade estava estagnada, não progredia há tempos. Percebe-se que esse não é um problema

somente de Santa Cruz, mas, era um problema que se proliferava pela província de Goiás:

[...] situação geográfica, carência de meios de transporte e de comunicação, pequena rentabilidade, ausência de mercado interno, vida urbana inexistente, ruralização progressiva, atraso e isolamento cultural, [...]. Tais fatores, enraizaram-se na conjuntura goiana e persistem até os dias republicanos.” (MORAES, 1974, p. 28).

Observando o contexto sócio político da Província, é possível entender que o que estava acontecendo com Santa Cruz nesse período era consequência da realidade vivida em Goiás. Problemas como estradas em situação precária, falta de investimento para infraestrutura, aumentavam a dificuldade de manter algum tipo de comunicação entre os provincianos ou extra provincial, que não fosse via terrestre. Para Larindo (2017), esse fato dificultava ainda mais a interação entre os grupos sociais, diante do péssimo estado em que se encontravam as estradas, ou dos poucos rios que existiam na Província. Na sua maioria, impróprios para a navegação. O declínio acelerado na produção, extração e comercialização, contribuiu para criação de credices populares, que resultaram no surgimento de falas populares, dentre elas, uma que é lembrada ainda hoje pela população, na qual diziam: “Santa Cruz é bananeira que já deu cacho, agora já podem arrancar a moita inteira, pois já colheram todos os cachos que lhes interessavam”. Mas, sobre essa questão de declínio produtivo e comercial, Pohl (1976), afirma:

A povoação já estava em plena decadência, primeiro porque diminuiu o rendimento das lavras de ouro, e, depois, porque há alguns anos foi aberta uma nova estrada de Porto Corumbá para Bomfim e atraiu todas as tropas de burro que viajavam de São Paulo para Goiás. (POLH, 1976, p. 239).

Com a abertura de novas estradas, Santa Cruz já estava sofrendo a consequência da queda da exploração aurífera, somando-se a isso expressiva queda na comercialização em função da mudança de rota da estrada que ligava Santa Cruz a São Paulo, mesmo que anteriormente era notável a melhora da economia do Arraial, por causa da diversidade de produção, comercialização e exploração, das minas de ouro que se encontravam no lugar, e a chegada de diversas pessoas oriundas de todo o Brasil e inclusive do estrangeiro, Santa Cruz expandiu-se tanto em importância econômica quanto em território, enquanto mantinha o comércio pela estrada que ligava Goiás a São Paulo.

Como dissemos, a abertura de novas estradas no final do século XIX e início do século XX, provocou sérios problemas para Santa Cruz, uma vez que paralisou quase por completo o comércio já existente e atrapalhou o surgimento de novas

oportunidades de comercializarem com outrem. Porém, percebe-se que a população local buscava a seu modo, explicações, dizendo uma série de coisas, baseados no conhecimento empírico, para justificar o período de ascensão e de declínio vivido pela população que, direta ou indiretamente acompanhou a trajetória da história social e política da região e a população herdeira da memória e responsável pela ressignificação dos fatos.

Santa Cruz foi elevada à condição de cidade com o nome de Santa Cruz de Goiás, pela lei provincial nº 735, de 29 de agosto de 1884⁵.

Segundo relatos, dos moradores descendentes de famílias pioneiras de Santa Cruz, fazendo referência ao que dizem de algumas pessoas, do século XIX, que elas carregavam a carga negativa da derrota, afirmavam que em Santa Cruz, nada que começava ia para frente. Para essas pessoas, os habitantes haviam ficado “à mercê de maus agouros e maus pensamentos”. Na visão delas, seus antepassados estiveram acomodados e culpavam a si mesmos pelo atraso que caiu sobre o município. Contudo, esse desconforto veio a se tornar um fator propulsor para um recomeço, com vistas à realização de sonhos e conquistas, bem como a conscientização de uma parte da população para a importância das tradições. Santa Cruz enfrentou as diversidades e buscou a saída na agropecuária. Inicialmente era apenas para subsistência e mais tarde de forma gradativa foi se tornando notável e tendo importância para a região. Os mapas das figuras: 15, 16 e 17, abaixo, mostram os limites e o formato da cidade de Santa Cruz, no final do século XX.

⁵Alguns anos depois, a cidade ressurge com um novo nome: Corumbalina. Segundo Paraguassú (2014), relatos da época mencionam que houve discordância e desconfiança de algumas pessoas, quanto ao nome Corumbalina, este, fora dado à cidade como uma homenagem ao Rio Corumbá, um dos rios cujo direito de passagem havia sido concedido à família Bartolomeu Bueno, por três gerações consecutivas. A condição de município foi retomada, voltando a ser Santa Cruz de Goiás que, segundo a autora, foi devido ao empenho do Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, Governador do Estado, eleito por voto popular, o qual, uma vez fundamentado na Lei da Nova Constituição Estadual, fez voltar o estado de direito. Dessa forma, logo em seguida, foi nomeado, um prefeito provisório, para depois eleger um novo dirigente, sendo este eleito pelo povo, como acontece até os dias atuais.

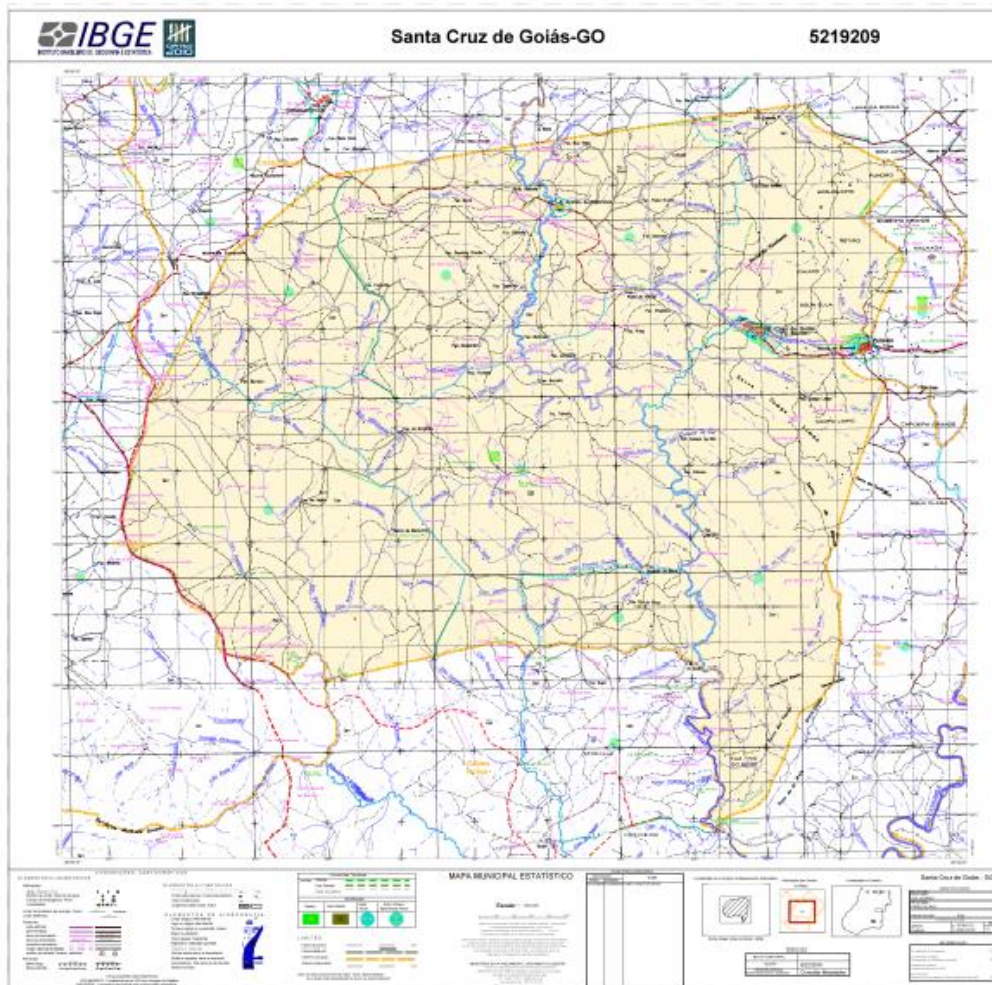


Figura 15 - Mapa dos limites de Santa Cruz – século XX; Arquivo do Museu de Santa Cruz

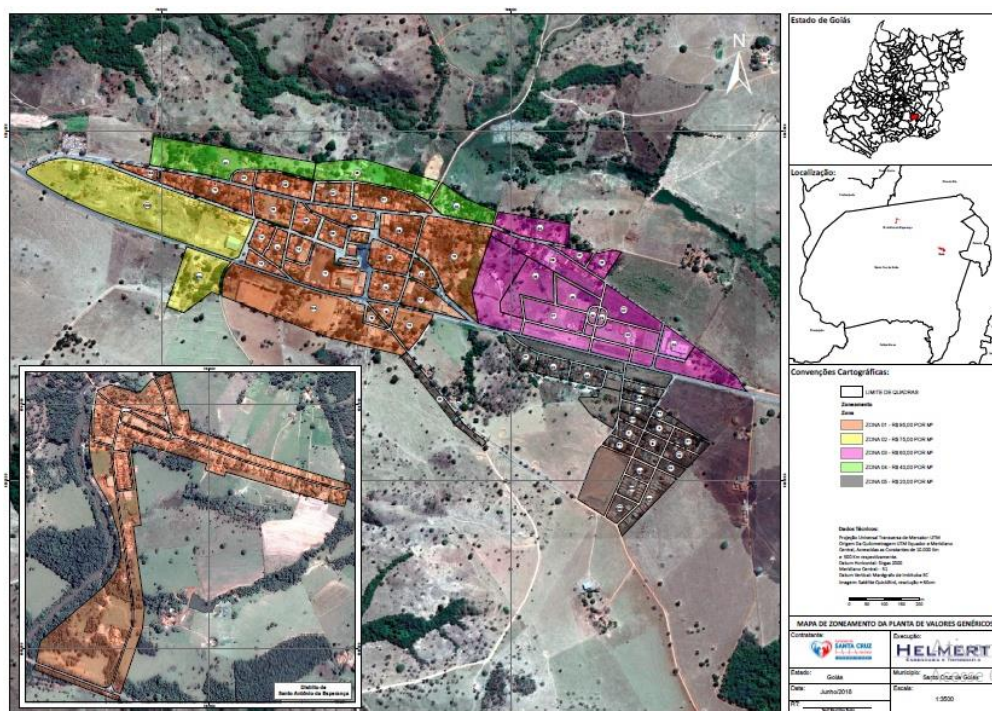


Figura 16 - Mapa dos limites de Santa Cruz – século XX; Arquivo do Museu de Santa Cruz



Figura 17 - Formato da cidade de Santa Cruz – fonte: desenho do arquiteto e urbanista Raul Alvarenga

Além da agropecuária, a população encontrou novas alternativas para enfrentar com mais sobriedade as dificuldades do sertão: não foi deixando apagar da memória, as expressões culturais, presentes nas festividades, “[...] tanto que, conserva um processo de criar e recriar suas festividades para enfrentar as diversidades” (REZENDE, 2017, p. 22). Desta forma, percebe-se que desenvolvendo a agropecuária e dedicando-se cada vez mais às tradições, aos poucos vão surgindo diversas manifestações culturais que vem sendo mantidas até os dias atuais. Como por exemplo, as Cavalhadas.



Figura 18 - Cavalhadas em Santa Cruz de Goiás – 1960; Foto do acervo do morador local, senhor Francisquinho, escritor e poeta.

Outra questão importante sobre as cidades é que ser elevada a cidade implica outras mudanças significativas, entre elas, o público que se fortalece em contraposição ao privado, determinando as contingências específicas das relações que não se mostram em oposição uma da outra, mas ao contrário, se complementam dentro do contexto do público e do privado. Sendo a formação das cidades a materialização da “leitura da história de um aglomerado urbano que funciona como ponte para transpor a distância que separa os séculos XVIII e XX na historiografia goiana”. (CHAUL, 2005, p. 17). Para entender um pouco dessa mudança, Santa Cruz nos ajuda, por congrega a capacidade de ser, ao mesmo tempo, uma cidade colonial, por manter ativa a memória materializada, com traços do período colonial nos casarões e demais construções que são mantidas. Embora seu estado de conservação esteja precário, ainda é possível verificar o modelo arquitetônico do século XIX presente na cidade de Santa Cruz.

Segundo Alves (1987), em 18 de novembro de 1879 foi criada a linha de correio entre Santa Cruz e Vila Bela de Morrinhos. Na foto abaixo (figura: 19), podemos confirmar como era a antiga sede dos correios, situada na Rua do Pregão, próximo ao antigo centro de Santa Cruz. Ao lado, estão algumas casas que mantêm o estilo das construções do século XX.



Figura 19 - Foto da antiga sede do Correio – década de 1960; Museu de Santa Cruz

Depois de elevada novamente à condição de cidade com a denominação de Santa Cruz pela lei provisional nº 26, de 30 de março de 1906, foi criado o Distrito de Sapé e anexado ao município da cidade. Paraguassú (2014): afirma que em uma

divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município foi construído a partir de dois distritos, Santa Cruz e Sapé. E, pela lei municipal de nº66, de 22 de agosto de 1924, é criado o Distrito de Pires do Rio, sendo anexado ao município de Santa Cruz. Em uma divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município foi construído a partir de 4 distritos: Santa Cruz, Cristinópolis, Pires do Rio e Sapé. Pelo decreto-lei estadual nº 547, de 30 de março de 1938, Pires do Rio passa à condição de sede de Santa Cruz, sendo rebaixado à categoria de distrito. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Santa Cruz permanece no município de Pires do Rio.

Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Santa Cruz passou a ser chamado de Corumbalina, mas foi elevado novamente à categoria de Santa Cruz de Goiás, pelo artigo de nº 61, do ato das disposições constitucionais transitivas de 20 de julho de 1947, desmembrando-se de Pires do Rio. Na sede do atual distrito de Santa Cruz de Goiás, ex-Corumbalina, foi construído um distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1949. A divisão territorial, datada de 01 de julho de 1960, marca a construção do município, quando foi construído o distrito sede. Assim, Santa Cruz de Goiás permanece nessa divisão territorial datada de 2007.



Figura 20 - Foto da estrutura da cidade de Santa Cruz – década de 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz

Na foto acima (figura: 20), podemos visualizar como era a paisagem arquitetônica de Santa Cruz, após meados do século XX. Destacamos que ao longo do tempo, por volta de um século após a fundação da cidade, a paisagem do

referido lugar vem passando por significativas transformações, porém, nesta fotografia ainda conseguimos visualizar a arquitetura do início da fundação das cidades. É certo que este novo centro foi construído onde antes era o antigo cemitério, o qual foi transferido para outra localidade.

Na atualidade, muitas residências foram reformadas, sem se preocuparem em manter esta arquitetura. Mantiveram apenas de alguns órgãos públicos, como é o caso da Casa de Câmara e cadeia, localizada na Rua do Prego, onde hoje funciona o museu da cidade. A Rua do Prego, no final do século XIX, era a única e, principal Rua de Santa Cruz, este local faz parte do centro fundacional. Atualmente, com a mudança do centro da cidade para outra região, este espaço, está localizado no extremo da Rua do Prego, onde estão localizados dois importantes monumentos históricos do século XIX: As ruínas do Quartel e a Casa de Câmara e Cadeia.



Figura 21 - Placa de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Santa Cruz de Goiás (1880).

A Rua do Prego foi a principal desde a fundação do Arraial e continua sendo até os dias atuais, o que muda é a paisagem da rua e a localização do centro da Cidade, pois o local onde, no século XIX, estava localizado o centro mais importante, hoje está o fim do bairro, no final da Rua do Prego, conforme podemos observar na Figura 22, abaixo. A imagem evidencia a terminação da Rua do Prego, onde provavelmente estava localizado o antigo cemitério. Segundo, moradores locais, o cemitério foi transferido para outro local, ainda no século XIX, quando o centro urbano foi aumentando em número de habitantes. Atualmente, como podemos observar, não existem nem ruínas, apenas espaços cercados de propriedades particulares.



Figura 22 - Rua do Prego, Lado direito: Casa de Câmara e Cadeia, lado esquerdo: Antigo Quartel; Arquivo pessoal Jurema Moreira – 2019.

Atualmente, o centro de Santa Cruz está localizado, mais ou menos, no meio da Rua do Prego, em uma Praça paralela e acima dessa mesma rua. Conta com apenas uma Igreja, que é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Figura: 23, embora tenha passado por reformas com algumas modificações no estilo, ainda consegue manter parte do estilo com traços do período colonial na sua estrutura.



Figura 23 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2019; Arquivo pessoal – Jurema Moreira.

Ao lado da Igreja encontra-se a Praça Pe. Julião, figura 24, onde foram construídos um coreto, chafariz e bancos na praça, enfim, um centro totalmente

modificado. Segundo informação de moradores locais, este é o único espaço público de Santa Cruz, onde os jovens, por vezes, se reúnem nos finais de semana.



Figura 24 - Praça do Coreto – atual centro de Santa Cruz – 2019; Arquivo pessoal – Jurema Moreira.

Conforme observamos nas figuras acima, as transformações das paisagens aconteceram de forma gradativa e significativa, onde a construção de uma nova paisagem se dá a partir dos nossos ideais de modernidade e materialidade, restando apenas a Casa de Câmara e Cadeia, onde hoje funciona o Museu de Santa Cruz e o antigo quartel, totalmente em ruínas. No que se refere à preservação e conservação do patrimônio histórico é perceptível que, embora, já existam políticas públicas voltadas para a preservação dos patrimônios, observamos durante a pesquisa que ainda falta muito para ser feito neste sentido, quando nos deparamos com uma infinidade de patrimônios históricos deteriorando e se perdendo ao longo do tempo, esperando por iniciativas do poder público no sentido de cuidar, restaurar e zelar desses bens que fazem parte da história, não somente da cidade de Santa Cruz, mas do relato de vida de todos que ali passaram, residiram e fizeram história.

CAPITULO 3. O CENTRO HISTÓRICO DE SANTA CRUZ: A PAISAGEM URBANA E A PAISAGEM DA MEMÓRIA.

Neste capítulo, analisaremos Santa Cruz de Goiás a partir de suas características, desde o seu traçado inicial, suas edificações históricas e as transformações das paisagens que ocorreram no núcleo fundacional até os dias atuais, bem como as manifestações culturais.

Para nos ajudar na pesquisa, buscamos os documentos nos acervos do Museu de Santa Cruz de Goiás, no Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG), entre outros. Contamos também com a contribuição dos relatos de Castelnau ([1949], 2000), Cunha Mattos (2004), sendo estes viajantes que passaram por Santa Cruz e registraram o que viram durante a viagem, como: a descrição do lugar, a estrutura do povoado, as Igrejas e outros edifícios existentes. Foram essenciais para nossa pesquisa também: Boaventura (2007), Gomes (2007), Le Goff (1998), Marx (1980), Oliveira (2001), Souza e Pesavento (2008), Troll (1997), entre outros.

3.1. A Arquitetura e as Paisagens do lugar: Um espaço em transformação.

A paisagem é uma marca, porque ela exprime uma civilização; mas também é uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação, isso é, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno.” (BERQUE, 2004, p.33).

A formação dos núcleos urbanos em Goiás estava voltada para a necessidade que a Coroa tinha de dominar e povoar esse território em função da mineração. A forma tradicional de fazer cidades trazidas pelos bandeirantes tinha como um dos principais subsídios na ordenação e fundação de suas povoações, a igreja. De acordo com Boaventura:

Na capitania de Goiás, as capelas foram se levantando paralelamente à formação dos aglomerados urbanos decorrentes dos descobrimentos auríferos, caracterizando uma estreita relação com o crescimento populacional da região. (BOAVENTURA, 2007, p. 157).

E, assim, foi-se formando a maioria dos Arraiais, que mais tarde vão se transformando em Vilas e Cidades, independentes do tamanho, se grandes ou pequenas, ambas cresciam lentamente, construídas dentro de um contexto político,

econômico e social que impunham algumas limitações às novas cidades. Porém, mais tarde de acordo com a realidade local, cada uma foi se desenvolvendo ao longo dos anos.



Figura 25 - Antigo edifício da Igreja de N.S. da Conceição – meados do século XIX; Foto do arquivo do senhor Francisquinho, escritor e poeta da cidade de Santa Cruz de Goiás.

A formação do Arraial de Santa Cruz de Goiás, assim como a maioria dos povoados interioranos de Goiás, foi-se desenvolvendo, estagnando e novamente se expandindo de acordo com as possibilidades locais da época. Podemos observar esses fatos nos relatos dos viajantes europeus, os quais escreviam de acordo com a realidade que os mesmos viviam nos seus países de origem. Esses itinerantes descreviam as características naturais e a paisagem que encontravam em cada um dos arraiais visitados em Goiás. Vejamos como Cunha Matos, descreve Santa Cruz, ao aproximar do local:

Às 6 horas e 50 minutos cheguei ao arraial que está assentado em um lugar baixo e pantanoso, junto a morros elevados. É extenso, de casa humildes e muito maltratadas: montam a 129, e muitas destas cobertas de sapé. Tem uma pequena e arruinada igreja paroquial, em que existe uma lâmpada de prata de grandeza enorme, e há outra igreja denominada N. Sra. do Rosário, extensa e mui pobre. A Matriz tem a invocação de N. Sra. da Conceição. (MATOS, 2004, p. 114).

Esta era uma das imagens construídas pelos viajantes no século XIX, sobre Santa Cruz. “No arraial de Santa Cruz há muita gente boa e limpa, mas a tropa é muito desarranjada” (MATOS, 2004, p. 114). Ou seja, por mais que tentassem ver

coisas positivas, ainda sim, percebiam que estavam longe de acompanharem o padrão necessário aos olhos dos viajantes.



Figura 26 - Cruzeiro, em frente da antiga Igreja de Nossa Senhora de Conceição – 1940;
Foto: acevo de fotos do museu de Santa Cruz.

Matos fez referência à Matriz de que era dedicada a Nossa Senhora da Conceição, falou das características da arquitetura colonial e, conforme observamos nas figuras 25 e 26, a igreja sofreu intervenções, ou seja, sua fachada foi modificada com a retirada dos detalhes e também a torre, que foi levada para o lado esquerda da Igreja e não mais centralizada. Vamos perceber que de acordo com a descrição do viajante e, se compararmos as figuras acima, houve transformação não somente na arquitetura da Igreja, que foi modificada, mas também na paisagem e nas construções das moradias, “as casas do arraial que foram caiadas, por ordem do comandante”, (MATOS, 2004, p. 115). Portanto, se os lares eram caiados, os mesmos eram construídos de pau a pique e cobertos com folhas de sapé. E, de acordo com a fotografia acima do século XX (figura 25), as casas em Santa Cruz já apresentavam um aspecto bem diferente, pois na sua maioria eram de alvenaria e cobertas de telhas.

Diversos fatores contribuíram para que Santa Cruz fosse elevada à Vila, como por exemplo: a localização, a expressividade econômica, territorial e populacional, entre outros, que eram prerrogativas para um Arraial ser elevado à Vila. A elevação do Arraial de Santa Cruz à Vila aconteceu em 1º de abril de 1833, por meio da

Resolução do Conselho Provincial. Na década seguinte por volta de 1842, segundo Alves (1983), o Presidente da Província Dr. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, autorizou e enviou recursos financeiros para a construção da Matriz de Santa Cruz.

Outro marco significativo para as Vilas foram: ser abrangida a Comarca, possuir a instalação da mesma, ser elevada a Paróquia, a chegada e construção dos correios, construção da Casa de Câmara e Cadeia, entre outros.



Figura 27 - Antiga sede do Correio – 1960; Arquivo do Museu de Santa Cruz.



Figura 28 - Antiga Cadeia, do século XX; Arquivo do Museu de Santa Cruz.

Nas figuras: 27 e 28, observamos a Sede dos Correios e a Casa de Câmara e Cadeia, ambas situadas à Rua do Pregão, as quais foram construídas em 1879 e 1880, consecutivamente. A Casa de Câmara e Cadeia foi construída por João Marinho Louzada e segue um padrão encontrado praticamente em todo Estado de Goiás: com estrutura de madeira e com paredes em adobe. Segundo Paraguassu (2014), o edifício possui, no pavimento térreo, que era destinado à cadeia, as paredes reforçadas com barrotes de madeiras, com espessura, de aproximadamente, 12 cm.



Figura 29 - Ruas de Santa Cruz, início do século XX; Fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz.

As ruas eram muito estreitas no século XIX, mas de acordo com as descrições de alguns viajantes da época essas vias eram consideradas largas. Porém, para o século XX, percebemos que as ruas eram estreitas, a maioria das casas era erguida no limite da rua, bem próximas umas das outras, conforme figura: 29. A disputa pelo espaço da via se dava de acordo com a utilização, ou seja, de acordo com as relações comerciais. Desta forma, os ambientes foram se definindo como lugar, que é observado e qualificado por meio das experiências ali vividas e, também pelas representações que apresentam, uma vez que, “as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento delas.” (PALLASMAA, 2013, p. 112). As imagens urbanas e o imaginário acompanham a relação do homem com o espaço ocupado por ele. Bem como as modificações que vão sendo realizadas ao longo dos anos, transformando a paisagem de acordo com uso do espaço, onde “as cidades e as edificações, assim como outros objetos feitos pelo homem, estruturam nossas experiências existenciais e lhes conferem significados específicos”. (PALLASMAA, 2013, p. 119).



Figura 30 - Casas da Rua do Pregó, década de 1960; Museu de Santa Cruz.



Figura 31 - Casas da Rua do Pregó, década de 1960; Museu de Santa Cruz.



Figura 32 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 1960; Foto: acervo de fotos do museu de Santa Cruz.

A formação das cidades goianas não foge à regra das demais cidades pequenas do interior que tinham a Igreja como uma presença imponente, (figura: 32)⁶, sendo esta uma das características na formação da maioria dos municípios do Brasil. Geralmente, as casas eram construídas ao redor da praça da igreja, fixava-se neste local o centro da nova cidade, “A característica urbana das cidades nessas áreas era praticamente a mesma, principalmente em Goiás-Tocantins e em Mato Grosso: uma grande praça no centro, com uma igreja matriz, ocupando lugar de destaque.” (GOMES, 2015, p. 66).

Com a aceleração significativa, a partir da década de 1960, “Santa Cruz de Goiás teve uma expressiva mudança, aumentando o número de casas, ruas e outros monumentos”. (PARAGUASSU, 2014, p. 35). Por isso, podemos observar que a paisagem urbana de Santa Cruz sofre uma intensa transformação. Foi após a década de 1960 que o núcleo fundacional foi modificando gradativamente, até transferir de vez o centro da cidade para próximo da Praça Padre Julião, onde funciona até os dias atuais como o núcleo urbano do lugar. Sendo que o Centro Fundacional, funciona apenas como monumento histórico.

⁶As figuras parecem estar desfocadas, mas é devido à qualidade das fotografias do acervo de fotos dos Museu de Santa Cruz de Goiás.



Figura 33 - Visão para o início da Rua do Pregó-2019; Arquivo pessoal Jurema Moreira.



Figura 34 - Final da Rua de Baixo – 2019; Arquivo pessoal Jurema Moreira.

As figuras 33 e 34 nos ajuda a perceber as transformações que ocorreram na paisagem urbana de Santa Cruz nos séculos XIX e XX. Essas eram as duas ruas que existiam no início da formação do povoado, tinham sua importância por darem acesso às minas auríferas e também por serem as vias que apresentavam movimentação de pessoas, especialmente a Rua do Pregó, no período quando nesta região funcionava o centro urbano, até início do século XX.

As figuras 35, 36, 37, 38 e 39, são referentes às ruas: do prego, antiga rua do Ouro, antiga rua Direita e do Meio. Essas vias tiveram diversas conotações, com o objetivo de identificá-las melhor de acordo com sua importância para Santa Cruz.

Além de ser a principal rua da cidade, em tempos do Arraial, a rua do prego era chamada de Rua Direita e era o traçado que ligava a Vila Boa de Goiás a São Paulo.

As novas casas que gradativamente foram sendo construídas ao longo da Rua do Pregó, e demais ruas que foram surgindo ao longo dos anos, mantiveram o estilo colonial do início do século XIX e algumas permanecem até os dias atuais, conforme podemos observar nas Figuras 38 e 39, que seguem abaixo. Ambas as imagens são referentes à Rua do Pregó, em diversos momentos e espaço. Nas figuras 35 e 36, observamos o centro da Rua do Pregó, por volta de 1980, onde já funcionava o centro urbano de Santa Cruz. Fazer referência ao núcleo urbano de forma contextualizada facilita a compreensão sobre a Cidade, sendo que, na opinião de Portas:

[...] costuma-se fazer referência apenas à área central onde se concentram os principais comércios e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitetônico, que podem não constituir uma área central. (PORTAS, 2005, p. 155).

Ter essa visão nos ajuda a compreender as transformações da paisagem, que, de acordo com as relações sociais, econômicas e culturais vão adequando e provocando as mudanças necessárias ao local. A figura 39 apresenta o final da Rua do Pregó, em tempos atuais. Conforme a estrutura mostra, fica bastante evidente a mudança da paisagem, porém a permanência do modelo das casas que foram construídas em meados do século XIX, passaram por reformas, mas permanecem até os dias atuais, em Santa Cruz.



Figura 35 - Centro da Rua do Pregó – 1980; Acervo do Museu Santa Cruz.



Figura 36 - Centro da Rua do Pregó – 1980; Acervo do Museu Santa Cruz.



Figura 37 - Final da Rua do Prego – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira.



Figura 38 - Final da Rua do Prego – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira.



Figura 39 - Centro da Rua do Prego, atual centro urbano – 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira.

Assim foram se formando as cidades goianas, grandes e pequenas. Crescendo e desenvolvendo aos poucos, sendo erguidas dentro de um contexto

político, social e econômico que impôs a essas novas cidades algumas limitações com significativos avanços ao longo dos anos. Marx (1980), afirma que “o corpo edificado das cidades, antiga e atual, constitui-se de suas moradias, seus locais de trabalho, seus lugares de descanso e reunião”. (MARX, 1980, p. 98).



Figura 40 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2018 e 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira.



Figura 41 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2018 e 2019; Arquivo pessoal de Jurema Moreira.



Figura 42 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição – 2019; Arquivo pessoal Jurema Moreira.

As figuras: 40, 41 e 42 nos mostram a igreja Nossa Senhora da conceição, sendo assim, é possível perceber que a Igreja passou por reformas. Observe que tais restaurações mudaram a fachada, retomando o modelo do final do século XIX, com a fachada arredondada, porém mantém a torre do lado esquerdo, seguindo o modelo do século XX. Observamos no século XXI a mudanças dos edifícios e, por consequência, mudança da paisagem. Desta forma, notamos que o edifício não apresenta apenas o traço do modelo da fachada que associe ao padrão de edifícios religiosos construídos durante os séculos XVIII e XIX. Sua fachada e sua organização interna representam características próprias das primeiras últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, com elementos neorromânticos, como é o caso da torre em sua lateral⁷.

Próximo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição que atualmente está localizada no atual centro urbano de Santa Cruz, foi construída uma praça, a qual favorece as reuniões dos jovens na atualidade. Não faz parte da composição do Centro Histórico de Santa Cruz, mas achamos pertinente mostrar que existe um espaço social para os jovens da cidade se encontrarem nos finais de semana.

⁷De acordo com relatos de moradores do local, além da descaracterização da fachada, no interior da igreja, ocorreu um desfalque em seu patrimônio. Subtraíram e levaram lampadários de prata, terço de marfim, imagem do senhor morto, púlpito de madeira. Entre outros objetos que não foram citados.



Figura 43 - Praça Padre Julião (Coreto) – 2000; arquivo do Museu de Santa Cruz.



Figura 44 - Praça Padre Julião (Coreto) – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira.

As figuras 43 e 44, acima, mostram diferentes imagens da praça Pe. Julião Calzada, seu acesso é pela Rua Padre Prego, uma das principais ruas de Santa Cruz. A transformação arquitetônica e mudança da paisagem são tão nítidas que dispensam qualquer comentário, tendo em vista que as imagens falam por si mesmas.

Conforme podemos observar nas fotografias acima, a paisagem urbana de Santa Cruz, embora mantenha o estilo colonial, sofreu modificação e transformações consideráveis e, mesmo assim, continua apresentando um aspecto de cidade

simples, onde a maioria das casas ainda preserva o estilo do final do século XX, embora a maioria tenha passado por reformas, ainda é possível perceber o estilo colonial na arquitetura de Santa Cruz.

3.2. O lugar da Memória: Paisagens - material e cultural em Santa Cruz

As mudanças nas cidades goianas foram comuns no século XIX e XX. Diante do crescimento econômico e populacional, o desenvolvimento urbano foi inevitável, “o fluxo migratório em direção a Goiás-Tocantins desde meados do século XIX, intensificados até meados do século XX, foi o mais importante fator de povoamento, e, sobretudo de urbanização dos dois estados” (GOMES, 2004, p. 71). Outra questão que influenciou no desenvolvimento das cidades goianas foram as mudanças no cenário econômico brasileiro. Para Oliveira (2001), o século XIX foi o prenúncio de mudanças na vida brasileira, por ter sido “o século da introdução da modernização no País” (OLIVEIRA, 2001, p. 93). Esse aspecto de modernização contribuiu para intensificar o desenvolvimento urbano de forma heterogênea de acordo com a realidade de cada região e com suas peculiaridades, as mudanças foram ocorrendo em todas as áreas.

Para Estevam (2004), no século XIX, essas mudanças ocorreram de formas diferentes, como é o caso de Goiás, que ainda estava acostumado com o ritmo da mineração, porém o século XIX “compartimentou um rico momento de transição entre o arcaísmo e as transformações modernas” (ESTEVAM, 2004, p. 18). Para ele, com o fim do tráfico de africanos escravizados a partir de meados do século XIX, aconteceram intensas mudanças e o início de desenvolvimento para a Província de Goiás, em relação a outras regiões, ocorreu de forma mais lenta.

Um desenvolvimento mais significativo vai acontecer em todo País no século XX, período em que Goiás também evidencia mudanças, influenciado por diversos fatores da política nacional, dentre eles, a construção de Brasília, capital do País, no Centro Oeste. Com a mudança da Capital, as “rodovias federais foram implantadas, complementaram-se as estradas estaduais, foi incrementada a infraestrutura de transportes” (OLIVEIRA, 2001, p. 179).

O desenvolvimento econômico é fruto de novos investimentos, novas tecnologias, o resultado é o crescimento populacional, as mudanças nas relações

socioculturais, pelos quais, inevitavelmente, todas as cidades passaram. Os centros históricos sofreram interferência das mudanças ocorridas com o desenvolvimento das cidades. Santa Cruz sofreu a influência das modificações, como a maioria das cidades do interior de Goiás. A urbanização, a ânsia por progresso, o desenvolvimento econômico fazem a sociedade ficar sedenta do novo, de modernizar, mesmo que seja dentro das possibilidades, isso faz com que as estruturas históricas e culturais, presentes nos centros históricos, representados pelos monumentos arquitetônicos e expressões culturais, sejam lembradas como resquícios do passado, manifestações dos tempos que ficaram para trás.

Devemos estar atentos, pois, à Paisagem Cultural, a qual tem se configurado como uma nova mercadoria turística. Por isso, o Patrimônio cultural de uma determinada comunidade, se identificado, por meio de estudos, pode facilitar e “auxiliar na valorização dos diversos grupos étnico-culturais, que contribuíram para a construção desta sociedade” (REZENDE, 2017, p. 22).

Somente o ato do saber fazer local e a expressão do ato de saber ser, é que faz com que um povo se reconheça integrante daquela cultura, entendendo que independe se a expressão cultural seja: local, regional e/ou nacional. Não importa se a paisagem seja material ou imaterial, ambas se apresentam como expressão significativa de uma comunidade e conservar-se-á enraizado nas suas memórias. Segundo Dias:

[...] um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e novos significados. (DIAS, 2006, p. 67).

Os diversos elementos que possuem e dão significância à memória social, são considerados como um bem, desde o ambiente até a capacidade dos seres humanos de transformar os saberes aprendidos pela vivência em seu meio, os bens culturais por eles (re) produzidos em meios para a sua sobrevivência. A consolidação das mudanças da paisagem é inerente às relações sociais, seus saberes, suas atividades culturais, artísticas, suas manifestações de pensamento coletivo, nos valores cultuados nas tradições e cerimônias construídas por gerações, segundo Pelegrini (2006). E, assim, considerando os diversos estilos das moradias, das construções, a preparação de seus alimentos, forma de se comunicarem, de rezarem, de festejarem seus fazeres e seus saberes é que o patrimônio se expressa na cultura material e imaterial, consolidada nas transformações dinâmicas da

paisagem dos centros urbanos, nas cidades.

Santa Cruz se diferencia de algumas cidades, exatamente, pelo sentimento de pertencimento expressado pela maioria dos seus moradores, como “lugar” de referência das marcas, das experiências vividas e muitas delas ainda estão vivas na memória. Para Castello:

Os lugares nessa categoria se qualificam a partir de uma evocação da “memória” coletiva das pessoas a respeito de fenômenos de ambiente onde vivem essas pessoas, evocam a formação histórica de sua cidade, evocam as que foram construídas de acordo com os padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, e evocam lendas, enfim, resultam de fenômenos dada memória estimulada por elementos do imaginário temporal local. (CASTELLO, 2007, p. 18).

O lugar da memória precisa ser visto e, para isso, é necessário que ocorra a preservação dos centros históricos, para que os mesmos sejam lembrados. O mesmo processo precisa também ocorrer com os bens culturais, presentes nas expressões socioculturais, mantidas pela história e, também pela reinvenção dessas expressões na perspectiva de realização de regaste cultural. Para Geertz:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. (GEERTZ, 2008, p. 20).

No que se referem ao âmbito coletivo, as festas estão interligadas com as pessoas e os espaços onde elas acontecem. Unindo-se também aos seus idealizadores, criadores e organizadores; de modo geral, misturam-se com o povo, insere-se, ao mesmo tempo se entrelaça no meio da sociedade, de modo que “está sobre a vontade de certos atores sociais: padres, festeiros, organizadores, poder público”, (D’ABADIA, 2014, p.44). As festas fazem parte da paisagem cultural e são celebradas ao longo da história da humanidade. Elas vão além de uma data instituídas pelas pessoas, dos monumentos que precisam ir se adequando de acordo com o momento cultural vivido.

É um momento onde as pessoas colocam para fora uma série de criatividade, em que não existem diferenças entre ricos e pobres, negros e brancos se misturam e se colocam como protagonistas no palco das comemorações festivas. De acordo com Del Priore:

[...] a festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que as recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens e aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. Servem ainda

de incentivo à violência contida e às paixões, enquanto queimam o excesso de energia das comunidades. A alegria da festa ajuda as pessoas a suportarem o trabalho, o perigo e à exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças. (DEL PRIORE, 2000, p.10).

As festas nos proporcionam momentos de destreza, ao mesmo tempo espaços de aprendizado, lazer e fortalecimento dos laços afetivos entre pessoas da comunidade, (D'ABADIA, 2014). No que concerne às intervenções para incorrer nas manifestações, na organização, os sinais, as diversões folclóricas, músicas, rezas, cantos e louvores, é possível ter um conjunto de elementos para compreender e reavivar a memória coletiva. As festas populares são espaços de encontro com o sagrado através do lugar de culto, dos santos glorificados e também encontro com a família, parentes e amigos. Momento no qual podemos compreender de tal maneira a natureza social de uma festa levando em consideração o que a faz acontecer. Por isso, D'Abadia nos diz que:

Uma estrutura social de produção; ou seja, as festas são planejadas, preparadas, não acontecem aleatoriamente, há um profundo envolvimento de várias pessoas no seu preparo; envolvem a participação concreta de um determinado coletivo (a sociedade, os grupos dentro da festa, a estrutura dos participantes enquanto produção e consumo da festa); aparecem como uma interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias. (D'ABADIA, 2014, p.53).

Sendo assim, podemos considerar que as festas de forma coletiva produzem suas culturas e mantêm suas tradições, que sempre estão recebendo novos dados, que vão se agregando, provocando mudanças na paisagem e, desta forma, vão-se transformando numa ação social onde são gerados os produtos, que dão significado para comunidade participante. “O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição” (GEERTZ, 2008, p. 21).

Assim como a maioria da população brasileira, as capitanias de Minas e Goiás celebram as mesmas festas, como por exemplo, a festividade em homenagem ao Divino Espírito Santo que se realizava em vários lugares e com as mesmas características de como aconteciam na Europa. Hilaire (1975), afirma que as festas vieram da Europa, ao fazer referência à Procissão de Cinzas em São João Del Rei, em Minas Gerais: “Esse costume, originário de Portugal, era generalizado e vinha sendo adotado há muito tempo na província de Minas e talvez em muitas outras partes do Brasil” (HILAIRE, 1975, p. 64).

A festa do Divino Espírito Santo é também uma expressão religiosa que, durante a expansão marítima portuguesa, entra em terras brasileiras, rompendo as fronteiras e ganha vida na devoção e fé ao Espírito Santo. Esses festejos eram realizados ali mesmo nas embarcações, conforme nos relata Mônica Silva, fazendo referência as embarcações marítimas do século XVI:

[...] era comum nas embarcações acontecer o teatro de romarias e de Semana Santa, as festas de Nossa Senhora e as principais comemorações do calendário católico como a Paixão e a Ressurreição de Cristo. (SILVA, 2002, p. 14).

Essas celebrações no século XVIII rompem novas fronteiras em direção ao Centro Oeste brasileiro, onde os bandeirantes trouxeram consigo seus saberes e fazeres para disseminarem em terras goianas. Exemplo disso são as diversas celebrações religiosas e manifestações culturais, expressadas em território goiano desde o período das capitânicas até os dias atuais. Conforme nos relatou Pohl (1976), quando durante suas viagens, em tempos dessas festas, esteve em Vila Boa, mostrando em seus relatos a importância das festas para a população e o apreço que as mesmas tinham pelas festas religiosas. De acordo com Pohl:

A Semana Santa, por exemplo, figura entre as mais notáveis. Para assistir as essas solenidades religiosas vem gente de regiões longínquas, de até 30 léguas de distância. Em regra, na sexta-feira da Paixão todos usam traje de luto na Igreja. (POHL, 1976, p. 143).

Santa Cruz incorporou de forma positiva as festas religiosas e expressões culturais trazidas pelos mineiros e, posteriormente, por imigrantes que chegavam de todas as regiões do Brasil. Tendo em vista o caráter da festa, é necessário associar o costume regional ao momento de aprendizado e de criar períodos de encontro, de mudanças e transformações em meio aos preparos e vivência dos envolvidos. Não é objetivo dessa pesquisa mostrar as manifestações religiosas e culturais que aconteceram em Santa Cruz, falaremos, um pouco apenas, da Festa religiosa do Divino Espírito Santo; da expressão cultural materializada nas Cavalhadas e da Contradança. Mostrando também a influência dessas manifestações presentes na transformação da paisagem urbana de Santa Cruz.

Aqui temos uma referência forte sobre quem poderia ter trazido à festa do Divino Espírito Santo: são os sacerdotes da Península Ibérica, sendo que em Pirenópolis os clérigos portugueses e em Santa Cruz os padres espanhóis. O registro mais antigo é do cientista austríaco, Dr. Johann Emanuel Pohl. Ele visitou a

capitania de Goiás e foi a Santa Cruz, no dia 29 de maio de 1819, data em que fez registros sobre a festa, que em dado momento diz:

Ecoavam trombetas e timbales, eram disparados tiros de alegria e entoados cantos de louvor ao Espírito Santo. Durante a minha estadia em Santa Cruz, levaram-me a assistir à festa de Pentecostes, que começou com grande solenidade. No dia da festa propriamente dito, já havia barulho e tropel nas ruas. O comandante e os habitantes mais distintos vieram prestar-me homenagem e a guarnição uniformizada. Dirigimo-nos, precedidos da tropa, à residência dos chamados imperadores. Ele estava sentado em sua sala, sob um dossel, todo vestido de preto, com uma coroa de papel e um cetro pintado. (ALVES, s/d, p.5-6).

Nessas ocasiões, reuniam-se nas cidades para as celebrações do dia de Pentecostes, caracterizando-se como uma festa cristã comunitária, numa interação e consumação do compromisso na missão da união em torno da mensagem do Cristo (MARQUES, 2000). As festividades do Divino para as historiadoras Deus e Silva, “[...] foram de propósito comemoradas em maio para se evitar o paganismo das ‘Marias’, cantadas e dançadas pelas ruas.” (DEUS E SILVA, 2002, p.13). Logo mais tarde, a partir das mudanças, a festa de Pentecostes sede lugar às manifestações das comunidades antigas de encontro e de alegria, por volta das visitas dos camponeses aos centros urbanos em procissões conduzidas pelos cantos e danças.



Figura 45 - Salão de festas ao fundo e ao lado aglomerado de pessoas esperando p a festa – 1960; fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz.

Nessas épocas, as pessoas reuniam-se nas pequenas cidades para as celebrações do dia de Pentecostes, tendo como característica os ritos cristãos, dentro de uma comunidade, interagindo e ao mesmo tempo assumindo um compromisso com a missão da união em torno da mensagem do Cristo (MARQUES,

2000). Os encontros aconteciam nos espaços sociais adequados para a época, neste caso da Figura 46, após meados do século XX, já existia um galpão, situado na rua do Pregó, destinado para esse fim, tudo indica que anteriormente acontecia ao longo da rua do Pregó, em barracas de folhas de coqueiro e ao relento.

No final do século XX, já vamos observar uma paisagem totalmente transformada e adequada aos novos tempos, ou seja, já existiam outros espaços, também construídos na rua do Pregó, destinados ao desenvolvimento das atividades socioculturais e religiosas.



Figura 46 - Procissão durante a festa em louvor ao Divino Espírito Santo; Foto do arquivo do Museu de Santa Cruz.



Figura 47 - Procissão durante a festa em louvor ao Divino Espírito Santo; Foto do arquivo do Museu de Santa Cruz.

Para a população das vilas e cidades do interior de Goiás, as festas religiosas eram as únicas oportunidades de convivências, diversão, encontros e interação social. A demonstração de devoção e fé dos fieis eram demonstradas durante as celebrações e procissões, neste caso evidenciado pelas fotografias das figuras 46 e 47, a celebração e procissão em louvor ao Divino Espírito Santo, século XX.

No contexto, temos as cavalhadas que, assim como tantas festas e tradições culturais, também foram introduzidas da mesma forma em Santa Cruz.



Figura 48 - Cavalhadas de Santa Cruz, segunda metade do século XX; Fotografia do acervo do Museu de Santa Cruz.

Neste período, podemos analisar que, no século XX, o caminho traçado pela festa de Pentecostes foi se apropriando de novas feições, consolidando elementos dinâmicos e inerentes que faziam parte das culturas. Esta foi uma época em que cresceram e se fortaleceram os ritos populares católicos, onde o bem e o mal entravam em luta, transformando os dramas litúrgicos em verdadeiros ensinamentos da doutrina e fé cristã. Segundo Brandão, estes dramas, que remontam à Idade Média, se difundiram por toda a Península Ibérica.

Tais dramas litúrgicos como drama, canto e dança difundiram-se por toda Península Ibérica e possivelmente lá, mas que em outras regiões da Europa, inspiraram tantos dramaturgos eruditos quanto populares da Idade Média e século seguinte. (BRANDÃO, 1986, p. 142)

Em Santa Cruz de Goiás a Cavallhada também tem a ideia de jogos relacionados ao universo do sagrado, na medida em que, acontece no contexto religioso. Para Brandão, (1978), tem uma simbologia religiosa representativa para os

católicos, num processo de conquista e reconquista em que Carlos Magno e seu exército impediram a entrada dos mouros na França, sendo uma rememoração dos combates do período medievo.

Os jogos de Santa Cruz aconteciam com a representação de doze cavaleiros cristãos e doze cavaleiros mouros que encenam um enredo com fundo religioso. É distinta a figura do Rei mouro e do Rei cristão e os cavaleiros que ocupam estes recebem o reconhecimento e aceitação dos demais simbolicamente, pois dificilmente são destituídos. Somente deixam este posto quando por doenças, impossibilidades e morte. (BRANDÃO, 1978).



Figura 49 - Cavalhadas de Santa Cruz, final do século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz.

As Cavalhadas, no final do século XX, aconteciam dentro do campo de futebol, e não mais na rua do Prego, como anteriormente, na figura: 49, percebe-se um dos grupos participantes da Cavalhada, tendo em vista que se dividiam em três momentos estruturais que são: primeiro as embaixadas com tentativas de conversão dos mouros, seguida de encenações de guerra e termina o primeiro dia com o rapto da princesa cristã pelos mouros; no segundo momento, encenam novas batalhas de guerra com a vitória dos cristãos que retomam a princesa 'Angélica' para seu castelo e o batizado dos cavaleiros mouros que juram a conversão ao cristianismo; o terceiro momento é quando aconteciam os jogos ou provas de habilidades dos cavaleiros Tira cabeças e o Tira argolinhas. Esses eventos não só propiciam ao público, de modo geral, uma aproximação com os festejos do Divino, como também momentos de diversão e reencontros com familiares e amigos.

Há quase dois séculos acontece a Cavalhada em Santa Cruz de Goiás e as

fantasias possuem o mesmo estilo do começo dessa tradição, é importante frisar também a forma de confeccionar essas roupas, ou seja, desde o início, as vestimentas e máscaras eram confeccionadas por costureiras locais que, ainda hoje, preparam as vestimentas para os participantes das festas. Podemos perceber esse aspecto nas figuras: 51 e 52, quando a costureira local, a senhora Anaíde Jorge da Costa, está confeccionando as indumentárias dos dois grupos participantes.



Figura 50 - Realização das Cavalhadas – última década século XX; Acervo do morador local senhor Francisquinho, escritor e poeta.



Figura 51 - Momento de confecção das indumentárias para Cavalhadas – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira.



Figura 52 - Momento de confecção das indumentárias para Cavalhadas – 2019; Acervo pessoal de Jurema Moreira.

Da mesma forma, preservam as músicas ao som da banda e ao toque da caixa, as mesmas escaramuças e rituais e invariavelmente o mesmo resultado: os cristãos dominam os mouros que se convertem ao cristianismo e ali mesmo no palco de apresentações, recebem o batismo celebrando o acordo de paz entre os combatentes.

A encenação da Cavallhada de Santa Cruz inicia-se no sábado e termina no domingo de Pentecostes. Elas costumam ser um dos momentos mais esperados e frequentados da festa. Compreendem uma sequência rítmica prescrita e anualmente repetida de forma incansável pelos santacruzanos. Nestes dois dias, acontecem diversas encenações de lutas, chamadas de escaramuças, que são as representações de conflitos entre mouros e cristãos. De acordo com a memorialista Fátima Paraguassú (2014), em Santa Cruz de Goiás aconteciam no primeiro dia oito escaramuças, denominadas de carreiras, ou seja, de combate entre os dois reinos que são:

Defesa de praça — em fila cerrada, cada exército defende seu território.
Defesinha (individual) — um cavaleiro mouro e um cavaleiro cristão defendem seu território respectivamente, sem invadir o território alheio.
Segundo batalhão — fazem um florão no meio do campo e volta para os castelos. Os guias abrem para a direita e os contra - guias para a esquerda. Chegando à porta da travessa, os guias encontram os contra - guias inimigos e fazem o florão. Voltando, fazem a passagem morta nos castelos (passam pelo inimigo e o ignora) indo novamente fazer o florão na ponta da travessa, seguindo até usar todas as armas: lança, espada e revólver.
Quatro Fios — saem os guias e contra – guias de seus castelos seguidos de seus soldados. Formam duas alas até encontrar o inimigo na travessa, voltando para a lateral do campo onde vão encontrar o guia com seu contra – guia, ficando um ao lado do outro. Iniciam os golpes de lança, depois de passarem pelo centro do campo, indo até a lateral do mesmo; depois os golpes de revólveres e espada acontecem nas laterais. Esta escaramuça é feita com dois cavaleiros de cada lado.
Quinze Encontros — em fila cerrada saem pela esquerda do castelo, entram na cabeça da travessa. Os guias entram pela direita e os contra – guias pela esquerda. Chegando aos castelos os guias encontram os contra – guias inimigos, onde há ameaça de ataque com arma. Em seguida, chegando à travessa, os contra – guias cerram fileira com seu guia, com respeito e indo para os castelos onde deixam as lanças. Repete-se tudo usando espadas e revólveres.

Princesa Angélica — em fila cerrada saindo pela esquerda do castelo. No castelo inimigo, entra na travessa onde acontece um único bote de lança, indo cada um para seu castelo. Deixam a lança, entram na linha e dão a primeira descarga de tira na travessa. Indo ao castelo inimigo, entram à direita, pegam a travessa no centro do campo, dão o primeiro bote de espadas no centro do campo; indo novamente ao castelo inimigo, fazem um florão que representa o segundo bote de espadas e encastelam-se.
Joaquim Rodrigues Alves – os guias e contra – guias na linha, formam duas fileiras até a travessa, quando encontram o inimigo voltando em sentido contrário para o castelo. Iniciam os golpes de lança que acontecem na travessa. Vão até a lateral do campo e começam os golpes de revólveres e espadas. Escaramuça realizada com todos os cavaleiros. Torneio de Todos – saem os cavaleiros pela esquerda cruzando o campo de canto a canto.

Há um retorno forçando para a esquerda para fazer o primeiro florão de lança. Deixando a lança, saem para o canto direito e dão a primeira descarga de tiro, procedendo do mesmo modo com as lanças até o último lance com espada. (PARAGUASSU, 2014, p.22/23).

Desse modo, encerra as encenações do primeiro dia e a princesa permanece sob o poder dos mouros que, após um pedido de trégua, recuam para o descanso e preparo para a próxima batalha que será encenada no domingo de Pentecostes. No segundo dia os cavaleiros entram em cena, desta vez a princesa esta vestida de vermelho e acompanhada pelos cavaleiros mouros que a roubaram dos cristãos.

Essa sequência de escaramuças representa a encenação dos cristãos tentando convencer os mouros a se converterem à religião cristã. Não aceitando a conversão, os reis declaram estado de guerra e se comprometem que a fé dos vitoriosos seja reconhecida como a verdadeira e, portanto, professada pelos perdedores a partir de então, se repete ano pós ano com a vitória dos cristãos. A contradança, enquanto expressão cultural, foi introduzida em Santa Cruz contemporaneamente às cavalhadas, em 1816. Segundo, Paraguassu (2014), a contradança é de origem da tradição portuguesa, acontece sempre obedecendo ao calendário da Igreja Católica e sua realização estava ligada à festa do Divino Espírito Santo.

Imitando os bailes de máscaras, que eram realizados nos luxuosos salões de Paris, na França a dança era desenvolvida por homens, “onde todos queriam se divertir sem que fossem reconhecidos, se escondiam atrás das máscaras” (PARAGUASSU, 2014, p. 139). Segundo ela, esses bailes eram geralmente destinados à alta sociedade parisiense e frequentavam também esses espaços de festa, os oficiais superiores. Não era uma cultura somente da França, mas a contradança era conhecida e desenvolvida por toda a Europa por fazer a abertura das festas das cortes.



Figura 53 - Homens mascarados, preparados para realizar a contradança; Acervo do Museu de Santa Cruz.

Em Santa Cruz, seguindo os padrões europeus, os mascarados, conforme podemos observar na figura 53, usavam os bonés e uniformes de acordo com o estilo adotado pelas corporações militares da época; nas túnicas, alamar sobreposto e, nas calças, galões dourados. As máscaras utilizadas eram artesanais de produção própria, usando os seguintes materiais: jornal velho, argila e grude feito com polvilho e água. As mulheres que participavam, na verdade, eram rapazes vestidos com roupas femininas, lembrando o “amor entre os iguais”.

Para Paraguassu (2014), a contradança em Santa Cruz, ao contrário do que acontecia na Europa, era, e ainda é, considerada uma manifestação popular tradicional, caracterizada como um bem cultural. Por representar uma tradição local, pode ser entendida como folclore, reinventada pela população local e transmitida de geração a geração através do conhecimento empírico, o qual se distancia das formas eruditas de ensinar. Também pode ser considerada uma manifestação corporal de identidade cultural.



Figura 54 - Homens mascarados de mulheres para participarem da contradança - século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz.

Na figura 54, observamos os atores preparados para a apresentação da contradança, onde homens se vestiam de mulheres para participarem. Segundo Paraguassu (2014), na contradança não era permitida a participação efetiva de mulheres, por isso a necessidade de homens representando a participação feminina, vestidos de mulheres. Embora seja uma manifestação cultural, percebemos que a mulher nesse caso é excluída de participar.

Em Santa Cruz no século XX, esses festejos eram realizados ao longo da rua do Prego, ou em salões de festas, construídos após meados do século XIX, na rua do Prego, conforme observamos na figura 56, abaixo. Ao longo dos anos, essa paisagem foi sofrendo modificações, o centro urbano, conforme já afirmamos anteriormente, foi modificado e novas construções foram sendo acrescentadas nesses ambientes, contribuindo de forma gradativa para a mudança da paisagem urbana. Mesmo em Santa Cruz, ainda é possível observar inúmeras construções com traços do período colonial com certo ajuste, mas é possível perceber, em meio às inovações, a memória viva nessas casas antigas.



Figura 55 - Espaço para realização de festas século XX; Acervo do Museu de Santa Cruz.



Figura 56 - Espaço para realização festas cultural, século XXI; Acervo pessoal de Jurema Moreira.

De um modo geral, encontramos nas festas uma característica básica: a união entre as pessoas, a vivência de um estado de fervura e a contravenção das normas coletivas. As festas, ao longo dos anos, vêm contribuindo para a transformação das paisagens urbanas em Santa Cruz. Conforme observamos nas figuras 55 e 56 os locais de realização das festas culturais e religiosas, foram totalmente modificadas, pois atualmente, segundo os moradores relataram, todos os festejos são realizados neste campo de futebol, o qual foi reformado na segunda década do século XIX, onde foi aprimorada a estrutura com palco adequado para o

desenvolvimento das festas e demais espaços destinados para a realização das Cavalhadas e também a Contradança.

As festas, no contexto da paisagem cultural, em Santa Cruz, têm somado aos centros históricos para, de forma conjunta, facilitar a historização da cidade de forma holística e completa. É importante ressaltar que as Cavalhadas, a festa do Divino Espírito Santo e a Contradança não são apenas eventos culturais e religiosos, são eventos culturalmente importantes para a cidade e também lugar como símbolo da festa e a festa como símbolo do lugar, “[...] aquele espaço, o lugar onde se produzem essas práticas simbólicas e onde as trocas simbólicas ocorrem; as festas, os mercados, os santuários, etc. Nesse caso, a intenção é de preservar esses locais”. (SANTOS, 2004, p. 141). Portanto, as festas são patrimônio cultural de Santa Cruz, juntamente com o centro histórico que ainda existe.

Esse conjunto de bens materiais e imateriais fazem parte da memória e cada vez que são vistos e/ou representados, embora tenham sofrido transformações nas paisagens urbanas, as mesmas continuam sendo (re)inventadas, transformadas e continuarão sendo reavivadas na memória, com o objetivo de manter vivas as presenças culturais dos antepassados e da construção histórica de Santa Cruz, presente especialmente na Casa de Câmara e Cadeira e no Quartel.

CONCLUSÃO

Nessa dissertação, discorreremos sobre o processo de povoamento e urbanização do território goiano, desde a formação dos Arraiais, passando pelas Vilas e concluindo na formação das Cidades. Essa tese teve atenção especial à formação do Arraial de Santa Cruz e o processo de desenvolvimento do mesmo, é importante conhecer a formação do núcleo fundacional, suas características e as transformações das paisagens ao longo do tempo, para compreender que essas modificações estão relacionadas ao processo de urbanização de Goiás.

O desejo de expansão por terras brasileiras facilitou para que a Coroa Portuguesa autorizasse a vinda de Bandeirantes paulistas à região central para, com suas expedições, delinearem a história do sertão goiano. Foi no contexto da formação da Capitania de Goiás que foram surgindo gradativamente o início do povoamento e dos arraiais, os quais contribuíam para a manutenção dos bandeirantes e mais tarde de outras pessoas que migravam para a Capitania de Goiás em busca de ouro.

Utilizamos o conceito de lugar para facilitar o entendimento sobre a definição do mesmo e sua relação com a memória, procuramos mostrar a importância que o indivíduo ou um grupo tem com o espaço ao longo do tempo, a partir dos significados de lugar, das experiências e das relações sociais de cada envolvido, tendo em vista que no local está a memória e a história individual e/ou coletiva de cada um, que vai dando sentido ao lugar.

O conceito de paisagem nos ajudou entender que o cenário é resultado das experiências humanas vividas e das recordações apresentadas de um lugar, as quais são importantes para definição e qualificação do espaço. Ferrara nos diz que: “as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela.” (FERRARA, 2000, p. 115). Outra observação importante a ser feita é que nas cidades estão preservadas as memórias, os procedimentos coletivos em torno dos acontecimentos e das interpretações que se tem de um tempo já passado o qual pretende manter-se protegido e defendido.

Esta pesquisa se concentrou, basicamente, em compreender a construção histórica da paisagem urbana do Centro Histórico de Santa Cruz de Goiás a partir de seu marco da fundação representada pela cruz e construção das Igrejas, e de

transformações do lugar, que se deram ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Em uma perspectiva específica, com os objetivos logramos entender os conceitos de memória, lugar e paisagem urbana. Estudar a fundação de Santa Cruz a partir dos avanços das expedições bandeiristas nos fez compreender a história de Santa Cruz de Goiás a partir do processo de urbanização de Goiás, estudando as concepções e as lógicas das cidades brasileiras nos séculos XVIII, XIX e XX. Sendo assim, entendemos que, nesses tempos, a formação e a transformação do centro fundacional de Santa Cruz de Goiás nos permite identificar as particularidades do centro histórico da cidade que o caracterizam como lugar histórico, por conta da paisagem, a partir de sua arquitetura histórica, moderna e eventos sociais (festas e procissões), considerados elementos que expressam o passado e que o marcam como lugar. Por último, compreendemos a importância de Santa Cruz como lugar de referência e de ordenação da cidade.

No centro fundacional ainda se encontra a Casa de Câmara e Cadeia e o antigo Quartel, sendo a construção dos mesmos em uma Vila, significava que aquela via prosperava. Outra observação a ser feita é que a presença dos quartéis e da Casa de Câmara e Cadeia nas Vilas proporcionava mais segurança aos colonos para morar, catar ouro, plantar e criar gado na região, pois anteriormente diversas famílias teriam sido afastadas da região por conta de ataques indígenas. Tanto a Casa de Câmara e Cadeia quanto o Quartel foram construídos nas últimas décadas do século XIX.

O Arraial de Santa Cruz teve uma configuração semelhante à maioria dos Arraiais e Vilas de Goiás. Com base em um sistema bipolar, possuía o largo da Igreja Matriz e a partir desse largo, organizavam as ruas do Arraial. O largo da Matriz do centro fundacional ligava Santa Cruz ao espaço onde localizavam as minas. E, a rua principal, chamada Rua do Pregão, ligava Santa Cruz à Vila Boa e a São Paulo. No século XX, o centro urbano de Santa Cruz foi-se formando gradativamente em outro espaço e, atualmente, permanece o largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição localizada próximo da Praça Pe. Julião, sendo este espaço a comprovação da transformação da paisagem urbana de Santa Cruz e o lugar de referência central atualmente.

Como paisagem cultural, procuramos entender as festas que fazem parte da memória e que através do tempo foram-se consolidando e assim tornaram-se referência e deram identidade à Cidade de Santa Cruz de Goiás como patrimônio

cultural. Embora tenham sofrido algumas mudanças, tornaram-se uma tradição que tem se perpetuado em seus diversos aspectos. Identificamos dois motivos essenciais para a preservação cultural: num primeiro momento, o legado dos conquistadores e dos primeiros povoadores de Santa Cruz de Goiás, os luso-brasileiros que aqui se estabeleceram deixando como herança seus usos e costumes, sua arte, sua religião, sua língua, e seu folclore. Em um segundo momento, constatamos o caráter sagrado dos festejos por meio da divulgação da devoção católica. O elemento sagrado trouxe uma unidade entre as pessoas. A Cavalhada é um exemplo da união entre a festividade popular e a devoção religiosa. É considerada a manifestação folclórica mais visualizada nesses festejos. Ela procura aliar os elementos folclóricos nas suas vestimentas, na dramatização das lutas equestres, nos jogos equestres e na tradição dos cavaleiros, dos palhaços e demais personagens. Ao mesmo tempo, se dá um sincretismo religioso misturando a devoção católica com o batismo dos mouros, na missa dos cavaleiros e na forma de sacralização dos ritos de encenação das Cavalhadas.

Santa Cruz de Goiás mantém as características de seu traçado original, na sua arquitetura oitocentista, oferecendo aos turistas que a visita, um encontro com a história colonial, uma viagem ao passado, por meio de seu centro fundacional, seus casarios ao estilo colonial e festas religiosas e populares. No aspecto religioso que tem o Espírito Santo como fonte, observa-se, de acordo com registros históricos, que a popularização destes festejos do Divino Espírito Santo, sendo um ritual católico, se apropriou do profano e as danças pagãs se tornaram sagradas e se agregaram de forma sincrética aos festejos e comemorações tornando-se manifestações culturais da festa, na apresentação da Contradança.

O presente estudo, e análise, sobre a Cidade de Santa Cruz de Goiás, além de gratificante e instigador, nos permitiu entender melhor sobre a formação e estrutura da cidade, embora existam ainda muitos outros aspectos que merecem ser objeto de estudo. Sendo assim, esperamos ter contribuído com alguns dados relevantes ao entendimento da história da Cidade de Santa Cruz de Goiás nos finais do século XVIII e o século XIX. História esta que precisa continuar sendo investigada e reavivada na memória goiana, pois é um lugar de memória e um espaço que traz ainda viva a história do povo Santacruzano.

FONTES

- 1 - Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPHBC),
- 2 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),
- 3 - Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG) e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
- 4 - Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP). Regimento dado a Bartolomeu Bueno da Silva. In: Documentos Interessantes. Capitania de Goiás, V. 32, p. 53-66.
- 5 - Documento transcrito por MORAES, Cristina de Cássia Pereira. Op. Cit., p. 39.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R. de. Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro: Thex Editora; Biblioteca Estácio de Sá, 2016.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia: Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

ALVES, Joaquim Rodrigues. Sinopse histórica de Santa Cruz de Goiás. Santa Cruz de Goiás: Emater, 1983.

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. Anuário Histórico, Geográfico e Descritivo do Estado de Goyaz. 1910.

BARBOSA, Altair Sales; NETO, Antônio Teixeira e GOMES, Horiestes. Geografia: Goiás – Tocantins. Goiânia: UFG, 2004.

BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. 2. In: ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

DEL PRIORE, Mary Lucy. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Cadernos de Ciências da Terra*, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n.13, 1972.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Regularidades do Visível. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU-USP, 1999.

BRANDÃO, Théo. Cavalhadas de Alagoas. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1978.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Campesinato goiano. Ed. UFG, da 1986.

_____, Carlos Rodrigues. De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular de Goiás, Goiânia: Editora da UFG, 2004.

D'ABADIA, Maria Idelma. Diversidade e Identidade Religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2014, p.160.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de doutoramento. FAU-USP. 2007.

BRIOSCHI, Lucila R. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERUS, 1991.

CAUQUELLIN, Anne. A invenção da Paisagem, São Paulo: Martins, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____, O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.ffch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.Pdf Acesso: em 10 jan. 2019.

CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: editora Itatiaia, 2000.

CAMARGO, L. H. R. A geografia da complexidade: o encontro transdisciplinar da relação sociedade e natureza. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, 2002. 207p

CASTELLS, M. A ideologia urbana. In: CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Marchas para o Oeste. In. SILVA, Luiz Sérgio Duarte. Relações campo cidade: Fronteiras. Goiânia-GO: UFG, 2000. p. 113-128.

_____ Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

D'ABADIA, Maria Idelma. Diversidade e Identidade Religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2014.

DEL PRIORE, Mary Lucy. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DEUS, Maria do Socorro; SILVA, Mônica Martins da. História das Festas e Religiosidades em Goiás. Goiânia-GO: AGEPEL/UEG, 2002.

DIAS, R. Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FONSECA, Reinaldo. A industrialização de Goiás: um caso de sucesso. BNDES-RJ, 2014.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GOIÁS: HISTÓRIA. Disponível em:
<http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.asp=Goi%E1s&area=historia>. Acesso em 01 fev. 2018.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Olhares estrangeiros sobre Goiás, do viajante ao missionário na produção da alteridade sobre o sertão goiano. Caminhos, Goiânia, v.13, n. 1, p. 66-83, jan/jun, 2015. Disponível em: http://www.academa.edu/12463210/Olhares_estrangeiros_sobre_Goi%C3%AAs_do_viajante_do_mission%C3%A1rio_na_produ%C3%A7%C3%A3o_da_alteridade_sobre_o_sert%C3%A3o_goiano. Acesso em: 10 out. 2018.

GOMES, Horieste, TEIXEIRA NETO, Antônio & BARBOSA, Altair Sales (2004) Geografia: Goiás-Tocantins. 2a ed. Goiânia: Editora UFG.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vertice, 2006.

LARINDO, Aparecida Macedo. José do Patrocínio Marques Tocantins (1840-1880): contexto histórico e representação do afrodescendente na Província de Goiás no Século XIX. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – PUC – Go. Goiânia – Go.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. (Tradução Rubens Eduardo Frias), São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. Anuário do Instituto de Geociências, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebron. Tradução de Reginaldo Carmello Correa Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. de A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás. Belo Horizonte: Instituto Alencar Amilcar Martins, 2004.

MAXIMIANO, L. A. Classificação de paisagens no norte de Campo Largo-Paraná, segundo sua condição socioambiental. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

MARX, Murilo. Cidade Brasileira. São Paulo: Melhoramento, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MENESES, U. T. B de. A crise da Memória., História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. (Org.) Arquivos, Patrimônio e Memória. São Paulo, Ed. UNESP-FAPESP, 1999.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. História de uma oligarquia: os BULHÕES. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano Ltda, 1974.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. O enigma do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto história. 10. PUCSP: São Paulo, 1997.

O ESTADO DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/go/mapago.html>. Acesso em 01 fev. 2011.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho, Franca, 2006. Disponível em:<http://www.dominiopublico.gov.br/DetalheObraForm.do?selet_acition=&co-_obra=98827>. Acesso em: 13 dez. 2014.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. Uma parte para o mundo goiano no século XIX: um estudo da casa maia-pontense. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. UMA RELEITURA DOS VIAJANTES EUROPEUS: NEM TUDO ERA DECADÊNCIA EM GOIÁS NO SÉCULO XIX. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan.-jul. 2018.

PALACIN, Luís. O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4ª ed., Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. 7ª ed. Goiânia: Editora de UCG, 2008.

PALLASMAA, Juhmi. A imagem corporificada: imaginação e imaginária na arquitetura. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PALMER, R. E. Hermenêutica. Lisboa (POR): Edições 70; 1999.

PARAGUASSÚ, Aparecida Teixeira de Fátima; CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. Santa Cruz de Goiás, a veneranda dama antiga do sul goiano. Goiânia. Ellite, 2014.

PARK, R. E. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O.G (Org). O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. CEGRAF, UFG, Goiânia, 1999.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória - Revista Eletrônica CEDAP*, v. 2, n. 2, p. 1-24., Assis - São Paulo, 2006

PEREIRA, Neto Olimpo. *Um lugar no mapa*. Goiânia: Ed. autor, 1970.

PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das Sesmarias ao Polo Urbano*. Uberlândia-MG: Ed. autor, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates*, 2008. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acessado em 01/07/2018.

POHL, J.E. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1998, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 30 abr. 2018.

PORTAS, Nuno, 2005, “Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente”, *Sociedade e Território*, Ano 1, n.º 2, Lisboa, pp. 8-13.

REZENDE, Liberalina Teodoro. *Devoção, tradição e cultura: os festejos do Divino Espírito Santo de Santa Cruz de Goiás*. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017.

RICOEUR. Paul. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, 303, Nov-déc. 1998, Paris, pp.44-51.

ROLNIK, R. et al. *Impacto da aplicação de novos instrumentos urbanísticos em cidades do Estado de São Paulo*. Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas/Lincoln Institute of Land Policy (mimeo e CD-ROM), 1998.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: *Paisagem, tempo e cultura*. CORRÊA, A.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). 2. Ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás; tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Marcos Ferreira. Cultura imaterial e processos simbólicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 14, p. 139-151, 2004. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/article/view/89663/92484> Acesso em: 15 jan. 2018.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico: um Híbrido. In.: SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. In. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XII 2ª Edição. Tipografia João Ignácio da Silva: Rio de Janeiro, 1874.

SILVA, Mônica Martins. *A festa do Divino. Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890 - 1988)*. Goiânia-GO: AGEPEL, 2001.

SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás. Goiânia: Ed. Oriente, 1978.

SIQUEIRA, Luzia Maria Trigo. *O centro da cidade de Teresina: lugar de lembranças de velhos moradores e moradoras*. UFPI, 2009. (Monografia).

TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 1998.

THOMAS, M. F. Landscape sensitivity in time and space: an introduction. *Catena* 42, 2001. p. 83-98.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O.G. (Org). O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.